

INESC

RELATÓRIO

INSTITUCIONAL

2020

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

SCS, QD 01 Bloco L, 13º Andar, cobertura, Ed. Márcia, Brasília/DF – CEP: 70.307-900. Telefone: +55 (61) 3212-0200; E-mail: inesc@inesc.org.br; Página Eletrônica: www.inesc.org.br. Publicado no Brasil. Conteúdo disponível na Internet.

EXPEDIENTE

EQUIPE INESC

Conselho Diretor

Enid Rocha Andrade da Silva
Júlia Alves Marinho Rodrigues
Luiz Gonzaga de Araújo
Márcia Anita Sprandel
Pedro de Carvalho Pontual

Conselho Fiscal

Iliana Alves Canoff
Lucas de Alencar oliveira
Mario Lisboa Theodoro
Suplente: Roseli Faria

Colegiado de Gestão

Iara Pietricovsky de Oliveira
José Antonio Moroni

Coordenadora da Assessoria Política

Nathalie Beghin

Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal

Ana Paula Felipe

Assistente da Direção

Adriana Silva Alves
Marcela Coelho M. Esteves

Equipe de Comunicação

Ana Carolina Soares
Sílvia Alvarez
Thaís Vivas

Assessoria Política

Alessandra Cardoso
Carmela Zigoni

APOIO INSTITUCIONAL

BIC – Bank Information Center
Charles Stewart Mott Foundation
CLUA – Climate and Land Use Alliance
Fastenopfer
Fundação Avina
Fundação Ford
Fundação Heinrich Böll
Fundar
IBP – Center on Budget and Policy
Priorities
ICS – Instituto Clima e Sociedade
KNH – Kindernothilfe
Malala Fund
Misereor
OSF – Open Society Foundations

Cleo Manhas
Leila Saraiva Pantoja
Livi Gerbase
Luiza Pinheiro
Márcia Acioli
Tatiana Oliveira

Assessoria Técnica

Dyarley Viana de Oliveira

Educador/a Social

Marcus Silva
Thallita de Oliveira

Contadora

Rosa Diná Gomes Ferreira

Assistente de Contabilidade

Ricardo Santana da Silva

Técnico de Informática

Cristóvão Frinhani

Auxiliares Administrativos

Adalberto Vieira dos Santos
Eugênia Christina Alves Ferreira
Isabela Mara dos Santos da Silva
Josemar Vieira dos Santos

Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

Estagiários/as

Cássia Cristina Pinheiro
Icaro Sousa Abreu
Victor Hugo Viera Queiroz
Walisson Braga da Costa

Oxfam Brasil
Pepsico do Brasil
PPM – Pão para o Mundo
Rainforest
SAGE- New Venture Fund

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos

Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17,
13º Andar Cobertura - Edifício Márcia
CEP 70. 3037-900 - Brasília/DF
Telefone: + 55 61 3212-0200
E-mail: inesc@inesc.org.br
Página Eletrônica: www.inesc.org.br

INESC EM NÚMEROS – 2020

Alcance	Alcançamos 77 mil pessoas , sendo 53% mulheres, em 227 eventos
Formação em Orçamento e Direitos	Formamos 196 crianças e adolescentes de escolas públicas. <u>Projeto Onda</u> , sendo 55% mulheres.
	Formamos em Orçamento e Direitos 224 lideranças de organizações e movimentos sociais , sendo 49% mulheres Formamos 114 agricultores familiares da Contag Formamos 30 integrantes da Rede de Economistas Pretos e Pretas Formamos 26 lideranças do Movimento Xingu Vivo e parceiros Formamos 20 lideranças do Movimento de Atingido por Barragens (MAB) Formamos 34 jovens periféricos
	Sensibilizamos em Orçamento e Direitos 231 lideranças de organizações e movimentos sociais , sendo 55% de mulheres.
Formação de ativistas LGBTQIA+ em atividades culturais, direitos humanos e pesquisa	Formamos 60 jovens LGBTQIA+ em direitos humanos, pesquisa e atividades culturais, sendo 72% de pessoas negras. <u>Projetos Mapa dos Afetos e Lacre</u>
Fortalecimento de coletivos de jovens periféricos	Trabalhamos com 54 jovens periféricos com a pauta de direito à cidade, sendo 49% de mulheres e 81% negras. <u>Projeto Juventudes nas Cidades, Fortalecendo o Corre</u>
Inesc Solidário	Transferimos renda de R\$ 300,00 reais por 4 meses para 230 beneficiários, sendo 54% mulheres

<p>Campanhas nacionais</p>	<p>Lideramos, com outras quatro organizações, a campanha A Renda Básica que Queremos instando os poderes públicos a implementar programa de transferência de renda para a população mais vulnerável para fazer frente as consequências da pandemia da Covid-19.</p> <p>Divulgamos o relatório Brasil com Baixa Imunidade que mostra como as medidas de austeridade fiscal reduziram recursos de programas sociais importantes para combater a pandemia da Covid-19.</p> <p>Promovemos em agosto, mês de aniversário do Inesc, a Semana de Orçamento e Direitos com o intuito de facilitar o entendimento do orçamento público para o público em geral. Em cinco dias de eventos, mais de 1.500 pessoas assistiram as lives da Semana de Orçamento e Direitos.</p> <p>Lançamos no âmbito da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político a campanha Quero me Ver no Poder com o objetivo de sensibilizar partidos políticos, movimentos sociais, mídia e sociedade sobre a importância da mudança do modelo de representação vigente com vistas ao exercício da democracia plena no Brasil.</p>
<p>Incidências</p>	<p>Nossa atuação com outros possibilitou o alcance de dois resultados relevantes para a sociedade brasileira: a aprovação do Auxílio Emergencial que beneficiou diretamente 68 milhões de brasileiros e a aprovação pelo Congresso Nacional de plano emergencial de atendimento de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais para fazer face aos impactos do novo coronavírus.</p>

ÍNDICE

Introdução – Quem somos e como nos organizamos.....	7
1. O Inesc e a pandemia da Covid-19	9
1.1 A reorganização interna.....	9
1.2 O atendimento dos beneficiários diretos – Inesc Solidário	9
1.3 A incidência na política pública – atuando na defesa dos direitos das pessoas mais afetadas pela pandemia.....	10
1.3.1 O Auxílio Emergencial fruto da Campanha “A Renda Básica que Queremos”	10
1.3.2 O Plano de Enfrentamento da Covid-19 dos Povos Indígenas e Quilombolas.....	11
1.3.3 As denúncias das irresponsabilidades do governo Bolsonaro em relação à pandemia, em âmbitos nacional e internacional.....	12
2. Objetivo Específico 1: Reforçar capacidades na sociedade civil em Orçamento e Direitos	14
2.1 A formação de crianças, adolescentes e jovens.....	14
2.2 A formação e sensibilização de lideranças.....	15
3. Objetivo Específico 2: Influenciar o orçamento e decisões públicas em temas e territórios estratégicos.....	16
3.1 O monitoramento do Orçamento Geral da União.....	16
3.2 A divulgação do orçamento	17
3.3 A incidência na defesa de direitos sociais e ambientais.....	17
3.3.1 Saúde.....	17
3.3.2 Educação.....	18
3.3.3 Socioambiental	18
3.3.4 Povos indígenas	21
3.3.5 Igualdade Racial	22
3.3.6 Equidade de Gênero.....	23
3.3.7 Direitos da Criança e do Adolescente.....	24
4. Objetivo Específico 3: Atuar na defesa da reforma ampla do sistema político.....	25
4.1 A Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político.....	25
4.2 A participação em iniciativas de promoção da democracia	26
5. Objetivo Específico 4: Promover o direito às cidades.....	27
5.1 A incidência na defesa do transporte público gratuito	27
5.2 A formação de jovens periféricos na defesa de seus direitos.....	27
5.2.1 O Mapa dos Afetos	27
5.2.2 O projeto Lacre.....	28
5.2.3 Fortalecendo o Corre	29

5.3 Apoio aos catadores e às catadoras do Distrito Federal.....	29
5.3.1 Carta às autoridades distritais	29
5.3.2 Campanha “Ajude os Catadores do DF”.....	30
5.3.3 Campanha de arrecadação de orgânicos Semana Do Meio Ambiente, Ajude A Alimentar Esse Sistema.....	30
5.3.4 Ações de orientação	30

6. Objetivo Específico 5: Influenciar processos de governança global e de articulações regionais e internacionais que impactam políticas nacionais estratégicas 31

6.1 Monitorando as Instituições Financeiras Internacionais.....	31
6.2 Justiça Fiscal e Transparência.....	32
6.3 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	33
6.4 Negociações de clima.....	33
6.5 Cooperação para o Desenvolvimento.....	34
6.6 Acordos de cooperação União Europeia – Mercosul.....	34
6.7 Diálogos Globais	35
6.8 G20 e retomada pós-pandemia	35

7. Objetivo Específico 6: Inovar a comunicação para fortalecer a identidade institucional, a capacidade de incidência e ampliar o alcance na sociedade 36

7.1 O Inesc nas mídias sociais	36
7.2 O Inesc na grande mídia	38
7.3 Aprendendo a captar recursos junto à indivíduos.....	38

8. Objetivo Específico 7: Inovar estratégias e metodologias, aperfeiçoar a gestão institucional e a captação de recursos 39

8.1 Uma estratégia de captação de recursos institucional diversificada	39
8.2 PMAS: planejando o novo ciclo	39
8.3 Modernizando a área administrativo-financeira e de recursos humanos	40
8.4 Aperfeiçoando a gestão	41
8.5 Contribuindo para a formação da equipe.....	41
8.6 Buscando inovar.....	42

Considerações finais – Desafios para 2021..... 43

Lista de Siglas.....	46
----------------------	----

Anexo 1 – Inserção política do Inesc em âmbitos local, nacional e internacional.....	48
--	----

Anexo 2 – Balanço dos Indicadores do Plano Estratégico para 2020.....	50
---	----

INTRODUÇÃO

QUEM SOMOS E COMO NOS ORGANIZAMOS

O Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, não partidária e com finalidade pública. Tem por missão: "Contribuir para o aprimoramento dos processos democráticos visando à garantia dos direitos humanos, mediante o diálogo com o/a cidadão/ã e a articulação e o fortalecimento da sociedade civil para influenciar os espaços de governança nacional e internacional e a consciência da sociedade".

Criado em 1979, o Inesc orienta-se para ampliar a participação social em espaços de deliberação de políticas públicas. Em suas intervenções sociais utiliza o instrumental orçamentário como eixo estruturante do fortalecimento e da promoção da cidadania. Para ampliar o impacto de suas ações, o Instituto atua em estreita parceria com outras organizações, movimentos e coletivos sociais.

O ano de 2020 foi o último ano do nosso Plano Quadrienal vigente. Como veremos mais adiante, apesar da conjuntura peculiar imposta pelas consequências da pandemia da Covid-19, conseguimos executar nosso plano a contento.

Nossa atuação está organizada em torno de um objetivo geral e sete objetivos específicos. Nosso **objetivo geral** é o de defender, junto com outros, a radicalização dos processos democráticos e dos direitos humanos, em âmbitos local, nacional e internacional, a partir das seguintes linhas de ação: orçamento e direitos, justiça fiscal, reforma do sistema político, direito à cidade e governança global. Para alcançar esse objetivo, estabelecemos os seguintes **objetivos específicos**: (1) Reforçar capacidades na sociedade civil em *Orçamentos e Direitos*; (2) Influenciar o orçamento e decisões públicas em temas e territórios estratégicos; (3) Atuar na defesa da reforma ampla do sistema político; (4) Promover o direito às cidades; (5) Influenciar processos de governança global e de articulações regionais e internacionais que impactam políticas nacionais estratégicas; (6) Inovar a comunicação para fortalecer a identidade institucional, a capacidade de incidência e ampliar o alcance na sociedade; e, (7) Inovar estratégias e metodologias, aperfeiçoar a gestão institucional e a captação de recursos.

Esperamos que a nossa atuação, com outros, nos leve à conquista de 16 **resultados** que são medidos a partir de 39 **indicadores**, incluindo os indicadores de objetivos. Nossas principais **estratégias de atuação** são: a) produzir informações sobre investimentos, políticas públicas, orçamento, justiça fiscal e negociações internacionais para alimentar a luta por direitos humanos. As áreas centrais de intervenção são aquelas nas quais o Instituto já possui expertise: Criança e Adolescente, Juventudes, Igualdade Racial, de Gênero e de Identidade de Gênero, Democracia, Educação, Saúde, com ênfase em acesso a medicamentos, Segurança Alimentar e Nutricional, Socioambiental, com ênfase nos direitos dos povos indígenas e Mobilidade

Urbana; b) formar, em âmbito nacional e internacional, crianças, adolescentes, jovens, ativistas e lideranças em orçamento e direitos e justiça fiscal; c) incidir junto ao Poder Público – Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público – buscando evitar retrocessos no sistema político e na realização de direitos humanos; d) articular ações de incidência e resistência nos âmbitos local, nacional e internacional; e) trabalhar com outros para potencializar e legitimar o alcance das ações por meio de parcerias, mobilizações e campanhas.

Em 2020, dando continuidade a uma estratégia de sustentabilidade financeira sólida procuramos manter a diversificação de nossas fontes de financiamento: contamos com o apoio de 21 (vinte e uma) organizações entre fundações e institutos nacionais e internacionais, agências da cooperação solidária internacional, União Europeia e recursos governamentais. Nosso orçamento foi da ordem de R\$ 9 milhões e contamos com uma reserva de cerca de R\$ 3 milhões. Nossa equipe alcançou um total de 29 profissionais, incluindo a direção, a assessoria, área administrativo-financeira e as/os estagiários/as, sendo a maioria composta por mulheres (76%).

Continuamos investindo energia na captação de recursos junto a indivíduos e para tal fizemos novas experiências por meio das nossas campanhas, por exemplo. Trata-se de um processo lento, mas avaliamos que com o novo site e a nova identidade visual, que foram lançados no final de 2018, nossa interação com nossos apoiadores vem crescendo.

Avançamos também na medição do andamento dos nossos resultados. Passamos por formações em objetivos orientados a resultados e aprimoramos nosso sistema virtual de registro de informações relevantes para o monitoramento das nossas metas. No anexo deste Relatório encontra-se o nosso Quadro Lógico atualizado para 2020.

Desde 2018 não divulgamos mais na nossa página de internet informações institucionais, tais como, documentos constitutivos, pessoas associadas, conselhos diretor e fiscal, relatórios anuais de resultados e fiscais, auditorias, entre outras informações. Isto porque, devido ao encolhimento do espaço democrático no Brasil, tomamos essas medidas para nos proteger.

A seguir, apresentamos como nos organizamos para enfrentar os impactos da Covid-19 assim como os resultados alcançados em 2020 em torno dos sete objetivos específicos que norteiam nosso plano estratégico.

1. O INESC E A PANDEMIA DA COVID-19

1.1 A REORGANIZAÇÃO INTERNA

Assim como todos fomos pegos de surpresa pelas medidas de distanciamento social implementadas pelo poder público para enfrentamento da pandemia da Covid-19. Em março fechamos o escritório e passamos a trabalhar virtualmente, mantendo salários e benefícios de toda a equipe. À medida que as semanas iam passando e que a situação no Brasil só piorava tomamos a decisão de manter o trabalho à distância até o final do ano.

A impossibilidade de viajar e de realizar atividades presenciais nos obrigou a repensar nossas ações. Felizmente contamos com a compreensão dos nossos doadores e pudemos adequar nossa atuação à realidade do contexto imposto pela pandemia. Assim, passamos a realizar eventos e formações *online* mas, para tal foi necessário em muitos casos oferecer acesso à internet (por meio de recargas ou de chips de celular, por exemplo), pois grande parte do nosso público não possui recursos para permanecer conectado. Reorganizamos projetos buscando apoiar a atuação dos movimentos sociais parceiros nos seus territórios, principais vítimas da Covid-19. Adquirimos plataformas e ferramentas para o trabalho à distância e promovemos formações da equipe do Inesc para aprender a utilizar tais instrumentos indispensáveis para a comunicação virtual.

1.2 O ATENDIMENTO DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS - INESC SOLIDÁRIO

Os efeitos econômicos e sociais da pandemia, especialmente o desemprego, a perda de renda e a insatisfatória resposta do poder público, afetaram rapidamente os beneficiários diretos dos projetos do Inesc em Brasília, voltados para o atendimento de crianças, adolescentes, jovens ativistas e lideranças, que vivem em territórios e comunidades periféricas. Recebemos inúmeros depoimentos de situações de fome e miséria.

Preocupados com esse dramático quadro de penúria e com o intuito de contribuir com a subsistência dessas famílias resolvemos apoiá-las. Para tal, tivemos que nos reinventar e aprender a desenhar e implementar um programa de transferência de renda. Assim, criamos o Inesc Solidário que distribuiu 4 parcelas de R\$ 300 reais a 230 beneficiários, entre os meses de junho e outubro de 2020. As pessoas atendidas pertenciam a 4 projetos do Inesc, sendo 171 do Projeto Onda, que atende adolescentes e jovens estudantes de escolas públicas e em cumprimento de medida socioeducativa de internação, 14 do Andares, projeto voltado para adolescentes e jovens egressas/os do sistema socioeducativo, 27 do Lacre e 18 do Corre que atendem jovens negras/os, periféricos e com diversas identidades de gênero LGBTQIA+ habitantes de periferias em habilidades culturais para inserção no mundo do trabalho.

O financiamento do Inesc Solidário contou com recursos próprios, apoio de alguns projetos, mas, sobretudo, com o expressivo aporte da parceira alemã Pão para o Mundo (PPM). Realizamos uma avaliação interna que mostrou a importância da iniciativa, especialmente com a modalidade de repasse de recursos financeiros, que além da melhoria das condições de vida das famílias atendidas, possibilitou que o pessoal beneficiado pudesse escolher onde gastar o recurso. Na maior parte dos casos as despesas foram com alimentação, mas também encontramos situações em que as famílias puderam pagar o aluguel e evitar ser despejadas ou, ainda, pagar dívidas e voltar a ter crédito. Note-se que o valor distribuído mensalmente correspondeu a 29% do salário-mínimo no Brasil para 2020, que era de R\$ 1.045,00.

1.3 A INCIDÊNCIA NA POLÍTICA PÚBLICA – ATUANDO NA DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS MAIS AFETADAS PELA PANDEMIA

O desembarque da pandemia no Brasil, liderado por um governo federal avesso à direitos, despreocupado com a miséria e a pobreza entendidas como fenômenos naturais, desprezando a Covid-19 e seus efeitos e essencialmente voltado a atender os interesses do mercado resultou em intensa mobilização da sociedade, especialmente voltada para pressionar o Congresso Nacional, onde ainda é possível estabelecer algum diálogo.

A pandemia está sendo devastadora para o Brasil; foram cerca de 200 mil mortos em 2020. O país é o segundo com maior número de óbitos, somente atrás dos Estados Unidos, e está entre os 20 países de maior número de mortes por milhão de habitantes (940).

Nesse contexto, o Inesc participou de inúmeras iniciativas, mas três merecem destaque pelo seu sucesso, pois resultaram em leis que mudaram concretamente a vidas das pessoas ou porque deram início a processos de denúncia da irresponsabilidade do governo federal tanto em âmbito nacional como internacional.

1.3.1 O Auxílio Emergencial fruto da Campanha “A Renda Básica que Queremos”

O Inesc é uma das cinco organizações – além da Rede Brasileira de Renda Básica, Ethos, Nossas e Coalizão Negra por Direitos – que coordenaram a campanha “A Renda Básica que Queremos”, que contou com o envolvimento de mais de 160 organizações e a assinatura de mais de meio milhão de pessoas. A campanha pressionou o Parlamento, o que resultou na lei que criou o Auxílio Emergencial, programa governamental que distribuiu renda mensal para 68 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade entre abril e dezembro de 2020. Não foi o projeto dos nossos sonhos e utopias, pois reivindicamos valores maiores para as parcelas transferidas, para um público mais amplo e por mais tempo, mas foi o que garantiu as

condições para que as pessoas pudessem se proteger da pandemia com um mínimo de dignidade. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 100 milhões de pessoas foram beneficiadas direta e indiretamente pelo repasse, quase a metade da população brasileira.

Foi a pressão da sociedade e a atuação do Congresso Nacional que tornaram esse programa realidade, pois o governo do Presidente Jair Bolsonaro se negava a implementar medidas dessa natureza.

Com o fim do Auxílio em 2020, a sociedade civil organizada voltou a mobilizar o Congresso, criando a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Renda Básica, que busca tornar o programa permanente.

1.3.2 O Plano de Enfrentamento da Covid-19 dos Povos Indígenas e Quilombolas

Os povos indígenas, os quilombolas assim como os povos e comunidades tradicionais além de ter sido muito afetados pelas consequências da Covid-19 foram negligenciados pelo poder público. Assim, para mitigar os efeitos da doença e barrar a disseminação da pandemia do novo coronavírus, o Inesc fez parte da aliança de organizações, liderada pelo movimento indígena, que pressionou o Congresso Nacional para a aprovação de medidas de prevenção e proteção dessas comunidades.

Depois de semanas de negociação, incluindo absurdos vetos por parte do Executivo, que felizmente foram barrados pelos congressistas, em 07 de julho foi promulgada a Lei 14.021 que (i) dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; (ii) cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à pandemia nos territórios indígenas; (iii) estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e (iv) assegura aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública.

Diante da inação do Governo Federal, as ações das organizações indígenas e quilombolas foram fundamentais para que a pandemia não atingisse nível ainda mais trágico nos territórios.

O papel do Inesc foi o de contribuir para qualificar o debate produzindo e divulgando informações que revelaram o descaso do poder público em relação a essas comunidades, especialmente mostrando os expressivos cortes orçamentários e o desmonte das instituições públicas voltadas para esse público.

1.3.3 As denúncias das irresponsabilidades do governo Bolsonaro em relação à pandemia, em âmbitos nacional e internacional

O Inesc, em parceria com outras organizações, participou de diversas iniciativas, em âmbitos nacional e internacional, de denúncia da atitude irresponsável do governo federal em relação à gestão das crises sanitária, social e econômica decorrentes da pandemia da Covid-19.

Alerta

Em maio, doze entidades¹, entre elas o Inesc, divulgaram uma nota pública de “alerta” para a sociedade sobre a responsabilidade de autoridades pelas mortes evitáveis por Covid-19 no Brasil. Desde então, o manifesto teve dezenas de adesões e já conta com a assinatura de 200 organizações e mais de mil de cidadãos. A nota foi publicada em dois importantes jornais, O Globo e Folha de São Paulo.

Dois meses depois, em julho, a iniciativa Alerta introduziu uma representação junto ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público de Contas do TCU (Tribunal de Contas da União) contra o Governo Federal, pedindo investigação e adoção de medidas legais contra inúmeras situações de inércia da União Federal no combate à pandemia de Covid-19.

Denúncias junto a organismos multilaterais

Em junho, um grupo de 162 entidades, dentre elas o Inesc, enviou documento às Nações Unidas denunciando obstáculos à obtenção do Auxílio Emergencial pela população mais necessitada, público alvo da iniciativa do governo federal.

Em julho, o Inesc participou do evento paralelo promovido pelo Fórum Global contra a Discriminação (GfoD), realizado no âmbito do Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas (HLPF 2020). Na ocasião, denunciemos os impactos da Covid-19 nas populações mais discriminadas.

O Inesc em parceria com outras organizações participou da elaboração e de divulgação de uma carta aberta da sociedade civil sobre a relevância da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) para o Sistema Único de Saúde (SUS). Destinada aos gestores da saúde pública no país e ao legislativo, ela alerta que o não pagamento da contribuição, anunciada pelo governo brasileiro em alinhamento ao estadunidense, pode prejudicar a

¹ As instituições que assinam a nota são: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Oxfam Brasil, Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Anistia Internacional, Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro (Sinmed/RJ), Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp).

OPAS que, sem recursos, deixaria de intermediar a aquisição de vacinas e medicamentos importantes para o enfrentamento da Covid-19.

O Inesc, com outros, realizou uma incidência na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em julho, por meio de uma reunião oficial durante o 176º período de sessões com o comissário Joel Hernandez, relator para o Brasil. O objetivo da iniciativa foi o de expor à CIDH as violações ao direito de acesso à informação e transparência promovidas pelo Governo Federal do Brasil no âmbito das ações de combate a pandemia da Covid-19 no território nacional. Incluiu também a crescente propagação de desinformação sobre as medidas de combate à pandemia, o cenário de subnotificação dos casos do novo coronavírus no país, bem como o impacto mais severo sobre mulheres, negros, indígenas e quilombolas.

Também em julho, uma coalização de organizações, que inclui o Inesc, protocolou uma denúncia ao governo Bolsonaro junto ao Tribunal Penal Internacional, com sede em Haia. Na denúncia, acusamos o Presidente de genocídio e crimes contra a humanidade por sua gestão da pandemia da Covid-19. A iniciativa foi liderada por um conjunto de entidades que representa mais de um milhão de trabalhadores da saúde no Brasil.

1.4 O APOIO AOS PARCEIROS NOS TERRITÓRIOS

Com o intuito de apoiar movimentos sociais parceiros do Inesc no enfrentamento das consequências da Covid-19 renegociamos com nossos doadores parte dos recursos de vários projetos. Nesse sentido, contribuimos com atividades de mobilização e de comunicação (apoio para site, para transmissão em streaming, para acesso à internet, para campanhas virtuais, para organização de lives, entre outras) buscando fortalecer especialmente comunidades indígenas, quilombolas e camponesas nas suas lutas contra o Sars-CoV-2. Também desenvolvemos e divulgamos a campanha “Te Segura na Rede” que teve por objetivo ajudar os usuários da internet a atuar com mais segurança. Elaboramos orientações sobre como utilizar celulares, aplicativos e sites de forma mais consciente e segura. Disponibilizamos áudios, vídeos, cards, gifs e stickers com dicas de segurança para serem difundidos no WhatsApp e nas redes sociais. Também preparamos uma cartilha para formação de estudantes e ativistas.

Interagir e atuar na conjuntura em função das demandas oriundas da crise provocada pela Covid-19 mobilizaram muitas energias do Inesc. Contudo, isso não impediu que continuássemos a executar as atividades previstas no nosso planejamento anual, ainda que com algumas adaptações. A seguir, apresentamos os principais resultados alcançados em 2020 em torno dos sete objetivos específicos que norteiam nosso plano estratégico.

2. OBJETIVO ESPECÍFICO 1: REFORÇAR CAPACIDADES NA SOCIEDADE CIVIL EM ORÇAMENTO E DIREITOS

2.1 A FORMAÇÃO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS

Em 2020 o Inesc formou **196 crianças e adolescentes** em Orçamento e Direitos por meio do projeto Onda, sendo 55% mulheres. O Onda é uma iniciativa do Inesc que visa introduzir os temas dos direitos humanos e do orçamento público nas escolas públicas do Distrito Federal, por meio de ações educativas e culturais. Para isso, são oferecidos cursos sobre mediação de conflitos, aulas de arte e dança, oficinas de poesia, festivais de música, rodas de conversa, entre outras atividades, sempre visando fortalecer a capacidade de atuação dos/as jovens na conquista de seus direitos e no monitoramento das políticas públicas a eles/as destinadas.

Em função das medidas de distanciamento social decorrentes do enfrentamento da Covid-19, tivemos que nos reorganizar e realizar as formações à distância. Como nosso público é constituído por pessoas com poucos recursos financeiros, foi necessário adquirir e distribuir chips de telefones celulares para assegurar a participação efetiva das crianças e dos adolescentes. Com isso, as atividades do Onda começaram de fato no segundo semestre. Apesar das dificuldades, as oficinas de formação foram realizadas, mas as atividades de incidência tiveram que ser adiadas para 2021.

Note-se que fizemos uma formação específica em Orçamento e Direitos para **34 adolescentes e jovens**, majoritariamente negros e mulheres, tanto do Onda quanto do projeto Corre – Juventudes na Cidades, ambos coordenados pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). A iniciativa resultou na organização de uma audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal, com a presença de deputados e do presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA). Na ocasião, os jovens apresentaram um conjunto de propostas para o orçamento distrital elaborado no processo de formação. Além disso, durante a audiência também foi lançado o Manifesto “Incidir para existir – Manifesto da Juventude Periférica do Distrito Federal”. As propostas – construídas a partir das realidades de 58 jovens, de mais de 36 Coletivos – incluíram aumento de recursos para escolas do ensino médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA); aumento de recursos para ensino profissional, dando prioridade ao atendimento de adolescentes e jovens negros, periféricos, mães e LGBTQIA+; e construção de Centro Interdisciplinar de Línguas nas regiões que ainda não são atendidas por esta política, entre outros itens.

2.2 A FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DE LIDERANÇAS

Assim como aconteceu com crianças e adolescentes, tivemos que rever nosso plano original de formação de lideranças em Orçamento e Direitos devido à impossibilidade de viajar e de organizar encontros presenciais. Além disso, para muitas lideranças a nova prioridade consistiu em se organizar e organizar os movimentos para enfrentar as consequências da pandemia, o melhor entendimento do orçamento público ficaria para outra oportunidade. Apesar do contexto, conseguimos formar **224 pessoas** entre integrantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), do Movimento Xingu Vivo e da Rede de Economistas Pretos e Pretas.

Também realizamos atividades de sensibilização em Orçamento e Direitos. A diferença entre sensibilização e formação tem a ver com o conteúdo e a intensidade da formação. Em geral, a sensibilização é feita em um período enquanto a formação requer ao menos dois dias. Sensibilizamos **231 pessoas** entre indígenas, jornalistas negras, agricultores familiares, lideranças de movimentos no Tapajós e ativistas da área da criança e do adolescente.

BOXE 1 – O RESULTADO DA FORMAÇÃO EM PARCERIA COM XINGU VIVO

A partir da produção de informações e das oficinas de formação promovidas pelo Inesc sobre os royalties da hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira, no Pará (Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos, CFURH), o movimento Xingu Vivo para Sempre foi fortalecido para trabalhar com o tema e construir uma estratégia de incidência para demandar maior transparência e maior controle social bem como o uso do recurso para reparar e garantir direitos no contexto de violações provocadas pela construção e operação de Belo Monte.

Cabe destacar entre as ações do Xingu Vivo para Sempre, a produção de podcasts para disseminar conteúdos por Whatsapp: o programa Banzeiro foi criado a partir do apoio oferecido pelo Inesc. Assim, foram realizados 4 Banzeiros com ênfase especificamente na CFURH e vários outros que relacionam a questão dos royalties com a situação dos ribeirinhos, com questões ligadas à pandemia da Covid-19, entre outras.

O Inesc também participou ao longo de 2020 de articulações lideradas pelo movimento Xingu Vivo para pautar o tema entre atores estratégicos, com destaque para a Defensoria Pública e o Ministério Público Estadual, este último desenvolve ação civil pública para exigir maior transparência no uso dos recursos dos royalties de Belo Monte. A pesquisa realizada pelo Inesc sobre o tema reforça ações como a do Ministério Público e fortalece a atuação dos movimentos sociais no território.

3. OBJETIVO ESPECÍFICO 2: INFLUENCIAR O ORÇAMENTO E DECISÕES PÚBLICAS EM TEMAS E TERRITÓRIOS ESTRATÉGICOS

3.1 O MONITORAMENTO DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Em abril lançamos um relatório **O Brasil com baixa imunidade – Balanço do Orçamentário Geral da União 2019**. Trata-se do primeiro de uma série que será publicada anualmente pelo Inesc, com o intuito de acompanhar os gastos federais com as despesas para a promoção de direitos humanos. A Metodologia Orçamento & Direitos, usada no documento, submete a análise orçamentária a um “teste de direitos humanos”, tendo como base cinco requisitos ou pilares: financiamento com justiça fiscal, mobilização máxima de recursos disponíveis, realização progressiva dos direitos, não discriminação e participação social.



O estudo além de apresentar uma análise geral do orçamento da União de 2019, aborda mais detalhadamente oito áreas: saúde, educação, direto à cidade, socioambiental, direitos da criança e do adolescente, povos indígenas, igualdade racial e mulheres. A análise é inédita, pois revela, pela primeira vez, como as medidas de austeridade fiscal e a aprovação da Emenda Constitucional 95 reduziram as políticas sociais necessárias para proteger a população mais vulnerável da atual pandemia. O relatório mostra que, de 2014 até o ano passado, o constante

esforço fiscal da União resultou em cortes de 28,9% nas despesas discricionárias dos programas sociais do País. Só no período entre 2018 e 2019, a queda nos gastos sociais chegou a 8,6% em termos reais.

As informações do relatório contribuíram para outra iniciativa da qual o Inesc também faz parte, a Coalizão Direitos Valem Mais. A Coalizão, que reúne 192 organizações e redes de sociedade civil, conselhos nacionais de direitos, entidades sindicais e instituições acadêmicas das várias áreas sociais, entre as quais o Inesc, lançou em maio um Apelo Público aos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo fim da Emenda do Teto de Gastos (EC 95/2016) e protocolou no STF documento que analisa os efeitos da Emenda no enfrentamento da pandemia e no cenário pós-pandemia.

A Coalização elaborou ainda emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), referentes à 2021, para o estabelecimento de pisos mínimos emergenciais sociais e ambientais para o enfrentamento à pandemia. Essas emendas foram apresentadas em ato público que contou com a presença de parlamentares, que posteriormente protocolaram as emendas no Congresso Nacional.

3.2 A DIVULGAÇÃO DO ORÇAMENTO

Em agosto, mês em que o Inesc celebrou seus 41 anos de existência, promovemos a Semana de Orçamento e Direitos com o intuito de facilitar o entendimento do orçamento público para todos e todas. A ideia é que se torne um evento anual, sempre na semana do aniversário do Inesc, com o objetivo de levar as discussões sobre orçamento público e direitos humanos para o público em geral.

Em 2020 a Semana foi virtual por conta da pandemia, com uma série de lives em que especialistas e militantes mostraram que não é preciso um diploma de economista para entender o tema. Contou, também, com uma oficina sobre orçamento público e direitos humanos para jornalista. Em cinco dias de eventos, mais de 1.500 pessoas assistiram as lives da Semana de Orçamento e Direitos.

3.3 A INCIDÊNCIA NA DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS E AMBIENTAIS

3.3.1 Saúde

Foi lançado em dezembro o Orçamento Temático para Acesso a Medicamentos 2019 que mostra como o governo federal gastou com assistência farmacêutica nos últimos 11 anos. O Inesc também apresentou propostas à consulta pública sobre a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual, que tem grande potencial de impacto sobre o acesso a medicamentos e o direito à saúde.

Ainda em 2020, demos início ao Curso de Formação para Conselheiros de Saúde em Inovação e Acesso a Medicamentos. A formação, realizada em parceria com o Conselho Nacional de Saúde (CNS) e o Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP), tem como objetivo geral sensibilizar conselheiros e conselheiras de saúde



sobre a importância do tema inovação e acesso a medicamentos e contribuir para sua atuação no CNS e nas suas lutas políticas. As atividades formativas começaram em 9 de dezembro devendo se estender até o final de fevereiro de 2021. No total serão três seminários, quatro oficinas além de envio de material complementar. Houve 679 inscrições, para 130 vagas. Há participantes de todos os estados brasileiros, 63% são mulheres e 61% são negras(os).

3.3.2 Educação

O ano de 2020 foi muito desafiador para a educação, por conta da Covid-19, que resultou no fechamento das escolas e na realização de aulas em meio virtual, e pela necessidade de aprovação da continuidade do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Junto com outras organizações, especialmente a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e a Coalisão Direitos Valem Mais, estivemos na incidência pela aprovação da Emenda Constitucional que tornou o Fundeb permanente, na regulamentação da Emenda e na luta por mais recursos para a área. Tivemos algum sucesso, pois a continuidade o Fundeb foi aprovada em condições próximas as demandas da sociedade civil organizada.

Além disso, estivemos no diálogo sobre as condições do ensino à distância, que ampliou desigualdades, por falta de insumos e preparo dos profissionais da educação.

3.3.3 Socioambiental

Desmonte das políticas socioambientais

Ao longo de 2020 o Inesc produziu estudos e análises técnicas buscando fortalecer evidências e denúncias sobre como o governo brasileiro tem atuado de forma deliberada para desmontar as políticas socioambientais no Brasil. Atenção especial deve ser dada para duas iniciativas:

- Produção e divulgação de estudo sobre os recursos do acordo anticorrupção oriundos da Lava Jato, com destaque para a decisão política de concentrar a quase totalidade dos mesmos na Amazônia para o ministério da Defesa conduzir operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que se mostraram problemáticas e incapazes de reverter o crescimento do desmatamento na região.
- Produção e divulgação de estudo sobre a proposta de orçamento para meio ambiente para 2021 (PLOA 2021) evidenciando o desmonte do orçamento para políticas ambientais. A partir do estudo do Inesc foi produzida Nota Pública subscrita por sete organizações demandando do Congresso Nacional emendas orçamentárias para recompor o orçamento para o meio ambiente. O documento foi apresentado e defendido em reunião da Frente Parlamentar Ambientalista no dia 28 de outubro de 2020. Ainda como desdobramento da iniciativa do Inesc foi construída uma campanha para defender mais recursos para combater o desmatamento, denominada #Florestasemcortes.

Royalties – CFURH na perspectiva da incidência na política pública de regulação a partir do território

O Inesc produziu e disseminou conhecimentos sobre os royalties (Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos – CFURH) da hidrelétrica de Belo Monte em Altamira, no Pará, os quais representam hoje a maior parte das receitas do município. Com este trabalho de produção de conhecimento e de fortalecimento dos movimentos sociais locais, o Inesc espera, no futuro, contribuir para reduzir os impactos de Belo Monte, garantindo que verbas públicas oriundas destes royalties sejam mais transparentes e, também, utilizadas para beneficiar por meio de políticas públicas grupos mais vulneráveis, em especial ribeirinhos e indígenas. O trabalho iniciado em 2020 caminha no sentido da construção tanto no município de Altamira, quanto em âmbito federal, de uma regulação que garanta transparência e controle social dos recursos oriundos da exploração de recursos naturais.

O trabalho realizado em parceria com MAB e Xingu Vivo sobre royalties de Belo Monte pode ser considerado altamente positivo em 2020. A agenda não existia no Inesc até então e, da parte dos movimentos sociais de Altamira, embora o tema fosse reconhecido com relevante, os movimentos não tinham uma apropriação sobre o conceito e não desenvolviam ações de incidência específicas para pautá-lo.

Infraestrutura na Amazônia

Em 2020, o Inesc se debruçou sobre a instalação de infraestruturas logísticas e os seus impactos socioambientais sobre a região conhecida como o Médio Rio Tapajós, especialmente no município de Itaituba, distrito de Miritituba, no Pará. Para tal, analisamos, a partir de visitas de campo, de leitura de material e de entrevistas com atores locais, os efeitos da instalação de cinco Estações de Transbordo de Cargas operadas pelas principais *traders* globais (ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfuss Company) e pela Amaggi.

Essa iniciativa foi realizada em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba (STTR). Também dialogamos com comunidades indígenas e com o Conselho Gestor de Fiscalização dos Investimentos e Empreendimentos no Distrito de Miritituba (Congefimi). Celebramos parceria com o Departamento de Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) para produção cartográfica pertinente à iniciativa.

Esse trabalho, que evidencia terríveis violações de direitos das comunidades locais, resultou em vários produtos que, além de ser disponibilizados para os movimentos que atuam em Itaituba com o intuito de subsidiar suas lutas, serão divulgados nacionalmente e internacionalmente pelo Inesc no começo de 2021 para dar visibilidade aos graves problemas socioambientais que afetam a região (2 guias ilustrados, 2 estudos técnicos, 4 mapas, 4 relatórios cartográficos e 4 vídeos).

Complementarmente a essa atuação, conduzimos pesquisa de campo (virtual) sobre a presença da empresa de logística Hidrovia em Itaituba. A empresa é financiada pela Corporação Financeira Internacional (IFC), braço privado do Banco Mundial. A partir do recolhimento de depoimentos da população afetada, conseguimos cotejar as políticas prometidas pela Hidrovias à IFC com a realidade local, que foi fortemente impactada pelo complexo portuário da região. A partir dos resultados do estudo iniciamos conversas com a IFC e continuaremos a incidir ao longo de 2021 para que o banco retome o monitoramento das atividades da Hidrovias do Brasil e, principalmente, que as comunidades afetadas sejam compensadas pelos danos causados pela empresa. O documento será lançado em 2021.

BNDES

Em 2020 o Inesc retomou os esforços de articulação de organizações sociais para pautar e influenciar a agenda do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A partir da liderança do Inesc foi elaborada e divulgada, em agosto, a “Carta aberta ao BNDES” a qual contou com a assinatura de cinquenta e três organizações da sociedade civil. O documento cobrou da instituição a retomada da aplicação de mais de R\$ 2 bilhões parados em três fundos, Amazônia, Clima e Social. Foram também cobradas medidas para bloquear financiamentos a áreas com desmatamento ilegal e maior rigor nos empréstimos a projetos que causam impacto social e ambiental. A carta foi apresentada durante evento público conjunto das Frentes Parlamentares Ambientalista, Indígena e dos ODS e contou com as presenças de Luciano Coutinho, presidente do BNDES no período de maio de 2007 a maio de 2016 e de Arthur Koblitz, presidente da Associação dos Funcionários do BNDES. A partir desta iniciativa as organizações conseguiram se articular novamente para continuar influenciando o Banco, com ênfase no seu papel socioambiental e na importância das salvaguardas socioambientais.

Note-se, ainda, que entre os temas pautados pelas organizações da sociedade civil está o da transição energética e o papel do BNDES. Essa agenda deverá ser retomada e intensificada em 2021.

Incentivos e subsídios aos combustíveis fósseis

Pelo terceiro ano consecutivo, o Inesc lançou o estudo “Incentivos e Subsídios aos Combustíveis Fósseis no Brasil em 2019: Conhecer, Avaliar, Reformar”, no qual, a partir de metodologia própria baseada em fontes oficiais, é calculado o montante de incentivos federais ao consumo e à produção de combustíveis fósseis no Brasil. Os incentivos para o setor subiram 16% em 2019 na comparação com 2018, apesar do cenário de crise econômica e fiscal no país. Além de lançar a pesquisa e pautar a mídia o assunto, realizamos estudos específicos sobre subsídios à produção e ao consumo de combustíveis fósseis, com o objetivo de criar narrativas para os diferentes tipos de incentivos fornecidos ao setor.

3.3.4 Povos indígenas

A chegada da pandemia do novo coronavírus nos territórios indígenas teve efeitos desastrosos para essas populações, tendo sido responsável por centenas de mortes em 2020. Diante de uma política deliberadamente omissa por parte do Governo Federal, o Inesc centrou sua atuação em defesa dos direitos dos povos indígenas na incidência por políticas públicas de enfrentamento da pandemia, especialmente junto aos poderes legislativo e judiciário.

Junto com parceiros, o Inesc participou ativamente da campanha pela aprovação do PL 1142, que criou o Plano Emergencial de Enfrentamento do Coronavírus para Comunidades Indígenas, Quilombolas e demais povos tradicionais, resultado da articulação de diversos parlamentares organizados entorno da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas (FPMDDPI), da qual fazemos parte. O referido projeto enfrentou resistências e manobras por parte da base governista no parlamento (como a inserção de artigos de matéria estranha permitindo a entrada de missionários em terras de indígenas em isolamento voluntários) e 16 vetos por parte do executivo.

Para enfrentar essas dificuldades e garantir que os efeitos do projeto chegassem às comunidades indígenas, o Inesc: i) participou e construiu a campanha de comunicação pela aprovação do PL; ii) participou de reuniões da Mobilização Nacional Indígena (MNI) para formular estratégias de incidência; iii) articulou-se junto ao gabinete do dep. Paulo Paim para manutenção dos quilombolas no PL; iv) participou de duas reuniões com a Frente Parlamentar Mista em defesa dos Povos Indígenas para formulação de estratégias para aprovação do PL; v) articulou-se com o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil para impugnar o artigo que permitia a entrada de missionários em terras indígenas; e, vi) construiu articulação para derrubada dos vetos presidenciais junto à FPMDDPI.

Paralelamente à incidência pelo PL 1142, o Inesc também atuou em outras frentes para garantir o enfrentamento da pandemia em território indígena. A pedido do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), formulamos a Nota Técnica (NT) sobre execução orçamentária da Saúde

Indígena. Trata-se de um resultado da Ação de Descumprimento de Preceito Constitucional (ADPF) 709 movida pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e parceiros e aceita pelo Supremo Tribunal Federal, que obrigou o Governo Federal a construir plano de enfrentamento da Covid-19 entre os povos indígenas. Nossas recomendações sobre o orçamento da saúde indígena foram incorporadas ao documento do CNDH e a NT foi anexada e



enviada para o STF. Além disso, a NT técnica contou com ampla difusão midiática.

Também foram relevantes as nossas contribuições no acompanhamento da execução orçamentária da Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena quando apresentamos nossos monitoramentos em reunião da Comissão Externa do Coronavírus da Câmara dos Deputados, em julho de 2020, intitulada "A Situação dos Povos Indígenas no Enfrentamento à Pandemia do Novo Coronavírus", que contou com a participação de diversos parlamentares, do Secretário Especial de Saúde Indígena e de diretor da Funai.

Todas essas ações de incidência foram realizadas em consonância e parceria com a Mobilização Nacional Indígena, rede liderada pela Apib da qual o Inesc faz parte.

3.3.5 Igualdade Racial

Em 2020, o Inesc deu continuidade à sua atuação junto ao Fórum Permanente de Igualdade Racial (Fopir), integrando o GT de Captação de Recursos e o GT Legislativo/Executivo. Além disso, desde 2019, o Inesc representa o Fopir na Coordenação da Frente Parlamentar em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos, presidida pelo Deputado Federal Marcelo Freixo, e composta por 25 parlamentares e 25 organizações da sociedade civil. A Frente realizou muitas atividades durante o ano, com destaque para a carta de demandas por transparência e participação social no Congresso Nacional em funcionamento remoto; e a incidência no PL de *Fake News*.

O destaque principal foi a atuação do Inesc na elaboração da proposta da Audiência Pública sobre os Impactos da Covid-19 na População Negra e Quilombola, realizada junto à Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19 (CEXCORVI), composta por deputados e senadores, onde apresentamos dados do orçamento público para as políticas de enfrentamento ao racismo e promoção dos direitos dos quilombolas e das mulheres negras. Além do Inesc, participaram ONU Mulheres, Abrasco, Coalizão Negra por Direitos e Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), ao lado do Fopir.

A audiência pública visou cobrar soluções urgentes dos parlamentares, mas também ampliar o debate na sociedade brasileira sobre as graves violações de direitos humanos da população negra e quilombola no contexto da pandemia. Para tal, o Inesc atuou junto com a Rede de Advocacy Parlamentar – RAC, Direitos Humanos, que coordena, no sentido de garantir recursos para comunicação, colocando a audiência pública na imprensa e nas redes sociais. Foram feitos encaminhamentos pelos parlamentares presentes, que estão sendo monitorados pelo Inesc e pela Frente Parlamentar.

3.3.6 Equidade de Gênero

Em 2020 o Inesc produziu regularmente artigos para a imprensa com análises sobre o orçamento público das políticas voltadas para as mulheres, especialmente aquelas de responsabilidade do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), o que contribuiu para consolidar a instituição como referência na grande mídia sobre o tema.

O monitoramento das políticas públicas para as mulheres com atenção ao orçamento público tem sido fundamental para apoiar a ação de coletivos, movimentos sociais e especialistas em direitos humanos, direitos das mulheres e direitos LGBTQIA+. Um exemplo disso é a utilização das análises do Inesc na Nota Técnica da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. É importante, ainda, que o maior número de pessoas na sociedade saiba como está sendo feita a gestão do orçamento desta política pública, ao passo que os indicadores de violência contra as mulheres só pioram.

BOXE 2 – MULHERES AMAZÔNIDAS

Com o objetivo de fortalecer uma narrativa crítica ao avanço da economia extrativa na Amazônia, em particular, no que diz respeito à grande mineração por empresas nacionais e estrangeiras e seu impacto nas mulheres, o Inesc promoveu no município de Canaã dos Carajás, Pará, a rearticulação e o reconhecimento mútuo de mulheres, lideranças políticas locais.

Para tal foram desenvolvidas diversas estratégias, a saber: identificação de parceiras potenciais tanto na academia quanto na sociedade civil e movimentos sociais no Brasil e na América Latina; elaboração de vídeos e textos; realização de encontros virtuais. Esses encontros, intitulados de Circuito Mulheres Amazônidas, ficaram conhecidos pela introdução da música e da poesia como fio condutor para as discussões; elaboração de cartografia sentimental/digital sobre as experiências de vida e luta das mulheres entrevistadas durante o circuito de encontros virtuais; organização de um livro que reúne contribuições sobre os temas discutidos no Circuito Mulheres Amazônidas: ecofeminismo, mineração e economias populares. Além disso, foi montada uma equipe para fazer frente aos desafios de comunicação impostos pela Covid-19.



O projeto contou com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), regional Marabá que, por meio de seu escritório na região, facilitou o trabalho de articulação para as conversas virtuais, além de servir como base de apoio para a atividade, uma vez que ofereceu toda a infraestrutura logística (deslocamentos e internet) necessária para que os encontros acontecessem.

Graças ao uso de plataformas de teleconferência ampliamos a audiência para além de Canãa dos Carajás, incluindo lideranças políticas femininas de

Marabá e Parauapebas. Destaque-se, ainda, o trabalho de articulação e cooperação com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), que acontece desde 2019, a partir da construção de uma relação com o departamento de economia. Em 2020, a cooperação se ampliou, acolhendo Alice Margarida Negreiros, professora da Faculdade de Educação no Campo, pesquisadora dos feminismos, movimentos sociais e lutas no sul e sudeste do Pará.

3.3.7 Direitos da Criança e do Adolescente

A denúncia da diminuição de recursos federais destinados ao atendimento de crianças e adolescentes também foi uma bandeira do Inesc em 2020. A maior parte das verbas disponíveis estava voltada para o programa Criança Feliz, ação que tem como objetivo atender apenas crianças de 0 a 6 anos, acompanhando seu desenvolvimento, sobrando muito pouco para o público maior de 6 anos de idade. Com isso, mostramos a violação dos direitos de meninas e meninos e sua imensa vulnerabilidade em relação às consequências sociais da Covid-19 e de outras mazelas como doenças, trabalho infantil, exploração sexual, fome, entre outras.

4. OBJETIVO ESPECÍFICO 3: ATUAR NA DEFESA DA REFORMA AMPLA DO SISTEMA POLÍTICO

4.1 A PLATAFORMA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELA REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO

A atuação do Inesc nesse tema acontece principalmente por meio da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, cuja coordenação o Inesc integra desde sua criação. Em 2020 a Plataforma realizou atividades essencialmente voltadas para formação e incidência.

Em relação à formação, podemos destacar a realização de 16 webinários em diversos temas como violência política, economia e democracia, antirracismo e antifascismo, nova constituinte no Chile, entre outros. Estes eventos virtuais contaram com especialistas e ativistas reconhecidos, visando trazer debates e informações qualificados para as organizações da Plataforma e para a sociedade em geral. Além disso, foram veiculados nas redes sociais, o programa A Casa é Sua e programas de rádio, alcançando amplo espectro de pessoas.

No que se refere a atividades de incidência, a principal atuação no Congresso Nacional foi em parceria com a Frente Parlamentar em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos, com destaque para as ações junto ao Projeto de Lei 2.630, que trata do combate à desinformação, no sentido de alertar para possíveis retrocessos relativos à liberdade de expressão. O texto foi aprovado no Senado com ajustes propostos pela sociedade civil e atualmente encontra-se na Câmara dos Deputados.

Note-se que a Plataforma desenvolveu ainda duas relevantes campanhas em prol de um sistema político mais democrático e inclusivo. A primeira, intitulada “Nem Bolsonaro, Nem Mourão, queremos nova Eleição”, tem por objetivo pressionar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que realize o julgamento de processos referentes às Eleições de 2018 e que tratam de disparo em massa de notícias falsas e abuso do poder econômico, fatores que desequilibram sobremaneira o pleito eleitoral. A campanha busca evidenciar a necessidade de que os julgamentos sejam céleres, evitando assim o descrédito na justiça eleitoral e para que os eleitores e cidadãos fiquem atentos a este mal que tem acometido as democracias.

A segunda campanha, “Quero me ver no poder”, buscou conscientizar a população, os partidos, a mídia e os eleitores sobre a necessidade de superar a sub-representação de grupos discriminados na sociedade nos espaços de poder durante as Eleições 2020. Para tal, a iniciativa produziu conteúdos sobre mulheres negras, lésbicas, jovens, LGBTQIA+, povos tradicionais de matriz africana (terreiros), indígenas e quilombolas.

4.2 A PARTICIPAÇÃO EM INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA

Diante das sistemáticas violações de direitos e ameaças à democracia provocadas pelo governo Bolsonaro, o Inesc participou ativamente de inúmeras iniciativas promovidas por organizações da sociedade civil na defesa do Estado de Direito. Pode-se mencionar a campanha Brasil pela Democracia² que congrega mais de 70 organizações entre entidades nacionais, movimentos sociais, coletivos populares e organizações não-governamentais para reforçar a mobilização em defesa da democracia, do primado da vida e da universalidade de direitos, liberdades e oportunidades no país. Menciona-se ainda a campanha Fora Bolsonaro³ liderada pelas frentes Brasil Popular e Povo sem Medo. Além de pedir a saída de Bolsonaro, os movimentos destacam o número de mortos por Covid-19 que no Brasil chegou a cerca de 200 mil em 2020.

² A esse respeito, ver: <https://www.brasilpelademocracia.org.br>

³ A esse respeito, ver: <https://www.campanhaforabolsonaro.com.br>

5. OBJETIVO ESPECÍFICO 4: PROMOVER O DIREITO ÀS CIDADES

O direito à cidade é uma bandeira que o Inesc defende especialmente desde 2012 quando participou da criação do Movimento Nossa Brasília (MNB), do qual integra a coordenação. Com o intuito de fortalecer coletivos de jovens periféricos do Distrito Federal na defesa dos seus direitos, incluindo o direito à cidade, o Inesc promoveu uma série de formações.

5.1 A INCIDÊNCIA NA DEFESA DO TRANSPORTE PÚBLICO GRATUITO

Buscando assegurar o direito de ir e vir das pessoas, o Inesc deu continuidade a campanha Embarque por Direitos lançada em 2019. A iniciativa visa a regulamentação do dispositivo constitucional que transformou o transporte público urbano em direito social (Emenda Constitucional 90/2015). O Inesc elaborou estudo, entregue ao Congresso Nacional, no qual, além de calcular o custo anual da gratuidade do transporte público para o Brasil, evidencia a viabilidade financeira de criação de um fundo para custear tal medida.

Em 2020 foram realizadas várias reuniões com parlamentares para avançar na redação da regulamentação da EC 90. A regulamentação desse dispositivo é urgente, se levarmos em consideração que o transporte coletivo público, além de ser direito em si, é mecanismo de acesso a outros direitos, visto que para que as pessoas possam ir, vir, permanecer e gozar do direito às cidades precisam ter acesso aos meios de transporte, que por sua vez precisam ser de qualidade e condizentes com as condições socioeconômicas da maioria da população.

5.2 A FORMAÇÃO DE JOVENS PERIFÉRICOS NA DEFESA DE SEUS DIREITOS

5.2.1 O Mapa dos Afetos

O projeto Mapa dos Afetos teve por objetivo identificar locais seguros e amigáveis no Distrito Federal para a população LGBTQIA+ periférica e promover redes de convivência e apoio, fortalecendo laços de afeto e segurança. Para tal, foram realizadas atividades de formação e de pesquisa. Os idealizadores do projeto são membros do GT de Gênero e Sexualidade do Movimento Nossa Brasília, e os participantes e pesquisadores são jovens LGBTQIA+ que moram e atuam em três cidades do Distrito Federal: Estrutural, Paranoá e Itapoã.

A iniciativa envolveu 20 jovens que participaram das seguintes atividades:

- Formação virtual em direitos LGBTQIA+ e direito à cidade;
- Formulação, aplicação e análise da pesquisa sobre espaços seguros e sensação de segurança para população LGBTQIA+ nos territórios da Estrutural, Paranoá e Itapoã;
- Elaboração de produtos para divulgação da pesquisa e atividades de incidência a partir da pesquisa.



A partir dos resultados da pesquisa foi organizada reunião com parlamentares da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). Os jovens do projeto apresentaram o diagnóstico e suas demandas. Os frutos do encontro foram positivos uma vez que acordou-se a realização de audiências

públicas tanto na CLDF como na Câmara dos Deputados para discutir a necessidade de ações que garantam a segurança e os direitos LGBTQIA+ a partir da perspectiva dos/as jovens periféricos/as. Além disso, no que tange à possíveis continuidades do projeto, também foi pensada a necessidade de ampliar o escopo da pesquisa realizada para outras regiões do Distrito Federal.

5.2.2 O projeto Lacre

O projeto “Lacre! Abrindo Perspectivas para Inclusão Econômica e Social” tem como objetivo principal contribuir com a profissionalização de pessoas LGBTQIA+ que atuam na área da cultura. Realizado em parceria com o Levante Popular da Juventude, o projeto atende jovens entre 16 e 29 anos, moradores das periferias do Distrito Federal e Entorno, potencializando o trabalho que já realizam. Em 2020 foram organizadas oficinas de formação nos temas de produção cultural e arte digital.

Além disso, as(os) 40 participantes têm a oportunidade de colocar seu aprendizado em prática nos saraus que acontecem ao final de cada módulo. Nestes eventos, cada educanda(o) fica responsável pela produção da ferramenta que está aprendendo no curso: som, iluminação ou fotografia.

O Lacre! também fomenta uma rede de profissionais LGBTQIA+ da área cultural com o objetivo de fortalecer o movimento político de atuação pela ampliação de direitos desse grupo e articulação de estratégias de empregabilidade e oportunidades para a população LGBTQIA+ jovem.

5.2.3 Fortalecendo o Corre

O projeto “Fortalecendo o Corre” tem o objetivo de reunir coletivos de jovens para enfrentar as desigualdades nas grandes cidades brasileiras. Prevê atividades culturais, oficinas e assessorias visando à inclusão econômica dos jovens em tempos de crise, bem como formação política nos temas desigualdades e direito à cidade. O Inesc é a instituição referência do projeto em Brasília, mas ele também acontece em Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, onde é executado pelas ONGs Fase, Ibase, Ação Educativa, Instituto Pólis e Oxfam Brasil.

No Distrito Federal, participam 54 jovens de 38 coletivos organizados em torno do Hip Hop, economia solidária, ocupações culturais e combate ao racismo e machismo, entre outros.

Merece menção a organização do Festival Territórios para comemorar o dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Essa iniciativa mobilizou jovens integrantes dos projetos Corre e Onda, que promoveram ao longo de uma semana atividades tais como roda de conversa, mostra de arte, oficinas, batalha de rimas, cineclube e shows. O evento foi autogestionado pelos próprios jovens, com apoio do Inesc, e a programação, construída coletivamente.

5.3 APOIO AOS CATADORES E ÀS CATADORAS DO DISTRITO FEDERAL

No contexto de crise da pandemia do novo coronavírus, a coleta seletiva no Distrito Federal foi suspensa, deixando sem renda centenas de famílias de catadores e catadoras de material reciclável. O Inesc apoiou a Central Cooperativas de Catadores do DF (Centcoop) por meio de ações de assessoria técnica e de comunicação. A Centcoop reúne 25 associações ou cooperativas, com cerca de 1.100 trabalhadoras/res. Destes, 60% são mulheres e cerca de 30% são do grupo de risco.

5.3.1 Carta às autoridades distritais

O Inesc contribuiu com a elaboração de Carta dos catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal contendo propostas para enfrentar a crise sanitária e econômica. O documento foi entregue em 20 de março de 2020 as autoridades do Distrito Federal. Destaque-se que a correspondência contou com a participação de representante do Movimento Nacional (MNCR) e serviu de base para a Carta das Redes, que unificou reivindicações das duas redes de cooperativas do DF. Várias demandas ali contidas foram acatadas pelos poderes públicos merecendo destaque as seguintes: inclusão de catadores e catadoras no programa de auxílio emergencial e criação de um plano de retorno seguro as atividades.

5.3.2 Campanha “Ajude os Catadores do DF”

A campanha, que contou com a colaboração do Inesc, reuniu uma equipe de voluntários da UnB para organizar a comunicação. Também participou uma equipe de 25 catadores envolvidos na logística e no apoio financeiro. Durante os seus 3 meses de duração, a campanha arrecadou cerca de R\$ 30 mil. Foram montadas e distribuídas 2.092 cestas e kits de limpeza. As doações vieram de pessoas físicas, empresas e instituições sociais. A campanha contou, ainda, com apoio de artistas como GOG e Ellen Oléria. Outras ações também foram realizadas como a aquisição de auxílio financeiro da Sodexo (Rede de bancos) e o recebimento de EPIs doados.

5.3.3 Campanha de arrecadação de orgânicos Semana Do Meio Ambiente, Ajude A Alimentar Esse Sistema

A campanha buscou sensibilizar cooperativas de produtores de orgânicos a doarem alimentos não comercializados à cooperativa Cooperfé.

5.3.4 Ações de orientação

Foram criadas estratégias de divulgação de informações por meio das redes sociais (WhatsApp e Instagram) sobre (i) como prevenir a contaminação da Covid-19 e (ii) como acessar o Auxílio Emergencial.

6. OBJETIVO ESPECÍFICO 5: INFLUENCIAR PROCESSOS DE GOVERNANÇA GLOBAL E DE ARTICULAÇÕES REGIONAIS E INTERNACIONAIS QUE IMPACTAM POLÍTICAS NACIONAIS ESTRATÉGICAS

Em 2020, o Inesc deu seguimento à sua atuação no cenário internacional na luta por negociações justas, participativas, transparentes e inclusivas. Tarefa difícil considerando os efeitos combinados da crise decorrente da pandemia da Covid-19, da onda conservadora que paira sobre o mundo e as Nações Unidas e outros espaços multilaterais de negociação, onde o setor empresarial ganha, cada vez mais, poder e voz. Faz-se mister destacar que o Inesc é uma das poucas organizações brasileiras a manter e aprofundar a ação internacional. Adotamos como estratégia atuar nos vários fóruns globais, tanto da sociedade civil quanto multilaterais, que organizam os processos e decisões mundiais.

6.1 MONITORANDO AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

No início de 2020, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) abriu o processo de consulta para atualizar suas políticas de salvaguardas ambientais e sociais. Após meses de reuniões, o Conselho de Administração do BID aprovou a Estrutura de Política Ambiental e Social (ESPF). Essa nova estrutura acatou as sugestões feitas pela sociedade civil. O Inesc participou ativamente do processo, se articulando com organizações nacionais e regionais para demandar que o Banco não viole direitos em seus investimentos. Entre as principais recomendações incorporadas no ESPF estão: o fortalecimento na capacidade institucional, sistemas de governança ambiental e social dos países; a maximização dos benefícios do desenvolvimento sustentável; e o fornecimento de informações em formatos acessíveis para diferentes necessidades físicas, sensoriais e/ou cognitivas; além do desenvolvimento de mecanismos de reclamação acessíveis.

Além da atuação no processo de salvaguardas do BID, o Inesc realizou pesquisa de campo (virtual) sobre a presença da empresa de logística Hidrovias do Brasil na região do Tapajós, mais precisamente no município de Itaituba, no Pará. A empresa é financiada pela Corporação Financeira Internacional (IFC), braço privado do Banco Mundial. A partir do recolhimento de relatos da população afetada, conseguimos contrastar as políticas prometidas pela empresa ao Banco com a realidade local, que foi muito afetada pelo complexo portuário da região. Já iniciamos as conversas com a IFC e continuaremos a incidir ao longo de 2021 para que o IFC retome o monitoramento das atividades da Hidrovias do Brasil e, principalmente,

que as comunidades afetadas sejam compensadas pelos danos causados pela empresa. O relatório da pesquisa será lançado em 2021.

6.2 JUSTIÇA FISCAL E TRANSPARÊNCIA

O Inesc ao longo de 2020 manteve seu envolvimento em iniciativas latino-americanas de promoção de justiça fiscal na região. Os Princípios e Diretrizes de Direitos Humanos na Política Fiscal (P&D) é uma iniciativa de cinco organizações latino-americanas, o Brasil sendo representado pelo Inesc, que procura desenvolver e promover um compêndio de princípios normativos e diretrizes de ação que resumem os padrões de direitos humanos da região aplicáveis à política fiscal. Ao longo de 2020, o documento foi construído a partir de três fases: 1. Elaboração de um primeiro rascunho por um comitê de acadêmicos da economia e do direito da região. 2. Consultas nacionais, regionais e temáticas com a sociedade civil organizada. 3. Elaboração de documento final com a incorporação dos comentários. O Inesc liderou a consulta brasileira, que contou com 27 instituições, entre movimentos sociais, academia, sindicatos e redes de organizações, e produziu mais de 100 comentários sobre o documento. Os P&D foram finalizados em 2020 e serão lançados e divulgados no início de 2021.

Outro grupo latino-americano de organizações relacionada à justiça fiscal que o Inesc integra é o Lateral, grupo de Pesquisa, Incidência e Aprendizado sobre Gastos Tributários, que reúne 10 organizações da região e é coordenado pelo *International Budget Partnership* (IBP). Já trabalhamos conjuntamente com o tema da transparência e sobre a relação entre gastos tributários e desigualdades. Este ano, iniciamos uma nova pesquisa sobre os processos de tomada de decisão e gestão de incentivos fiscais na América Latina, a partir da identificação dos atores, das legislações e dos trâmites relacionados a estes fenômenos. A pesquisa sairá em 2021.

As duas redes (P&D e Lateral) divulgaram declarações acerca da relação entre a luta por justiça fiscal e o enfrentamento ao novo coronavírus. O Lateral lançou a campanha “*No Más Privilegios Fiscales*” que insta os governos da região a eliminar privilégios fiscais injustificados e que redistribuam os carga tributária sobre os setores mais ricos da população, com objetivo de mobilizar recursos para combater a pandemia e eliminar as desigualdades existentes nos sistemas tributários latino-americanos. A iniciativa P&D, por sua vez, enfatizou em sua declaração a necessidade de uma resposta integral à pandemia para evitar uma crise de direitos humanos na América Latina, o que requer uma redistribuição



fiscal sem precedentes na região.

Em 2020 participamos das atividades promovidas pelo *Global Initiative for Fiscal Transparency* (Gift) da qual somos membros. A presença nesse espaço foi mais importante que em anos anteriores no sentido de apresentar à comunidade internacional interessada na transparência fiscal a situação de profundos retrocessos que o Brasil tem vivenciado, e os impactos destas políticas de opacidade e austeridade, sem participação social, nos grupos mais vulneráveis da sociedade, especialmente mulheres negras, indígenas e quilombolas.

6.3 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

O Inesc participa do monitoramento dos ODS por intermédio de diversos atores coletivos. Em âmbito nacional integra o Grupo de Trabalho da Agenda 2030 da Sociedade Civil que, em 2020, elaborou e lançou o Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável⁴ para o Brasil. O Inesc contribuiu com a redação dos ODS 4, 5, 10 e 11 além de uma análise geral. Em âmbito internacional, o Instituto colaborou com o relatório da rede *Social Watch*⁵, da qual é membro desde a sua criação em 1995. Como representante da Diretoria Executiva da Abong, o Inesc faz parte do Fórum Internacional de Plataformas de ONGs (FIP/Forus) que tem nos ODS um de seus focos principais de atuação.

As posições do Inesc permanecem críticas à implementação dos ODS, especialmente no Brasil, onde as reformas trabalhista e da previdência e as medidas de austeridade e de privatização dos serviços públicos comprometem seriamente o alcance dos mesmos.

6.4 NEGOCIAÇÕES DE CLIMA

O adiamento da COP26 e a urgência da agenda socioambiental nacional (em acelerado processo de desmonte) contribuíram para desmobilizar as organizações da sociedade civil brasileira para uma incidência específica sobre as negociações de clima. No entanto, 2020 foi um ano importante para a construção de capacidades (análise e incidência) e articulação voltadas para a defesa dos marcos da governança socioambiental e a transição da política pública para instrumentos de mercados. Após a revisão das metas brasileiras para o



⁴ A esse respeito, acessar a página: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2020>

⁵ A esse respeito acessar a página: <https://www.socialwatch.org/node/18506>

lançamento da segunda NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada na sua sigla em inglês) do país, já no final do ano, análises sobre as condições para o cumprimento da meta e o escalonamento das ambições foram retomadas e devem ter desenvolvimento ao longo de 2021.

6.5 COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

No campo da cooperação internacional para o desenvolvimento, o Inesc vem atuando por intermédio da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e do Forus, conhecida como Fórum Internacional de Plataformas de ONGs Nacionais, participando, entre outras atividades, de reuniões com a União Europeia. Além de poder contar com a participação de Lara Pietricovsky, do Colegiado de Gestão do Inesc, como presidenta do Forus, eleita para a gestão 2018-2020, e representante da Abong, entidade da qual também é diretora. Destaque-se que em 2020 o Forus teve sua participação política mais visível e ampliada na medida em que sua presidenta foi escolhida como porta voz da sociedade civil organizada na mesa de encerramento da conferência internacional, que reuniu cerca de 450 bancos públicos e de desenvolvimento, intitulada *Finance in Common*. O evento contou com a presença do presidente Macron, da França, e do Secretário Geral da ONU, Antonio Guterres.

Ainda no campo da cooperação, foi criado um grupo de ONGs, redes e movimentos da sociedade civil brasileira para refletir sobre os rumos da cooperação oficial, em especial a cooperação alemã, norueguesa, inglesa e suíça. Desse grupo, que envolveu a Abong, PAD, Grupo Carta de Belém, MST, MAB e agências de cooperação tais como Heks, Misereor e Pão para o Mundo, foram promovidas atividades podendo-se destacar: um seminário de formação sobre o tema e uma publicação sobre a cooperação europeia.

6.6 ACORDOS DE COOPERAÇÃO UNIÃO EUROPEIA – MERCOSUL

Com a retomada do acordo União Europeia – Mercosul, o Inesc, por intermédio da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip), da qual integra sua coordenação, se manifestou publicamente contra o que considera ser um “pacto colonial” que prejudica sobretudo os povos do Mercosul. Além disso, o Inesc também passou a integrar a Frente Mercosul-UE e EFTA. Essa Frente produziu várias reuniões de formação e lançou, em dezembro, uma carta política contra o Acordo Mercosul-UE com cerca de 115 assinaturas de ONGs, movimentos sociais e sindicatos do Brasil e da América Latina.

6.7 DIÁLOGOS GLOBAIS

Os Diálogos Globais, que contam com a participação ativa do Inesc, são um encontro de ativistas do mundo inteiro que se organizaram para construir uma Campanha Mundial de Defesa da Amazônia. Essa iniciativa se desdobrou em seminários digitais e ações globais, com intervenções de lideranças indígenas, camponesas, de movimentos sociais buscando a consciência ambiental, climática, em especial sobre os crimes que estão ocorrendo nos territórios indígenas, em suas terras.

6.8 G20 E RETOMADA PÓS-PANDEMIA

O ano passado participamos de aliança internacional de ONGs que iniciou um monitoramento das políticas energéticas do G20, com o objetivo de averiguar se o discurso de recuperação verde espalhado pelo mundo como resposta à pandemia da Covid-19 de fato se concretizou em políticas e financiamentos. A iniciativa se chama “Energy Policy Tracker – Sustainable Recovery”. A inserção dos dados referentes ao Brasil são de responsabilidade do Inesc.

7. OBJETIVO ESPECÍFICO 6: INOVAR A COMUNICAÇÃO PARA FORTALECER A IDENTIDADE INSTITUCIONAL, A CAPACIDADE DE INCIDÊNCIA E AMPLIAR O ALCANCE NA SOCIEDADE

7.1 O INESC NAS MÍDIAS SOCIAIS

Nossa presença nas mídias sociais vem se especializando. Uma série de medidas foram implementadas para fortalecer a identidade visual e aumentar o alcance do público (ver Tabela 1). Assim, no que diz respeito ao nosso site, observamos o aumento em 63% do número de acessos diários. A nossa presença no Instagram também melhorou uma vez que dobramos o número de seguidores. Quanto ao Youtube, a pandemia que jogou boa parte de nossas atividades para o mundo virtual, demandando um número maior de transmissões ao vivo, favoreceu a volta do crescimento de visualizações nessa rede. Tivemos 15 vezes mais visualizações em 2020 do que em 2019. O Twitter segue sendo a principal rede social: subimos em 56% o número de seguidores.

No que diz respeito ao nosso mailing, conseguimos aumentá-lo em 93%, principalmente com pessoas que baixaram documentos do Inesc por intermédio do site, acessaram o jogo Brasil com Baixa Imunidade, participaram do curso para jornalistas, ou de transmissões ao vivo nas redes sociais. Nossa taxa de abertura dos e-mails também aumentou, 26% em média, 6 pontos percentuais acima da média para organizações não governamentais, que é de 19%, segundo dados do próprio Mailchimp.

No mailing de imprensa, passamos a trabalhar apenas com as listas de site e blogs alternativos, somando 131 contatos, e com a lista de participantes do curso online para jornalistas, com 261 contatos. Para envio de releases e matérias para a grande imprensa, passamos a utilizar os disparadores da agência de assessoria de imprensa externa, que possui bancos de mailings personalizados de acordo com interesses e editorias.

TABELA 1 – INESC: PRESENÇA NAS MÍDIAS SOCIAIS, 2018, 2019 E 2020

Meios	2018	2019	2020	Varição 2020/2019	Explicação
Site					
Acessos médios por dia	1.065	454	740	63%	Links patrocinados no Google Adwords
Número de sessões por usuário	1,15	1,25	1,20	(4%)	Fica o desafio de conquistar as pessoas que entram no nosso site para que se interessem por nossos conteúdos
Página por sessão	1,39	1,64	1,33	(19%)	
Duração média da sessão	1'01	1'21	0'52	(57%)	
Taxa de rejeição	84,39%	77,43%	85,71%	(11%)	
Facebook					
Fãs	22.069	22.415	22.876	2%	Queda prevista. O Facebook segue, ano a ano, derrubando o alcance para obrigar usuários a investirem mais dinheiro em anúncios. Apesar da queda brusca no alcance, conseguimos manter o engajamento, elevando nossa taxa de engajamento. Isso quer dizer que, apesar de menos alcance, conseguimos uma taxa de interação com as nossas postagens maior, índice que indica audiência mais qualificada.
Alcance total	1.813.972	1.136.989	321.009	(71%)	
Engajamento (curtidas + comentários + compartilhamentos dividido pelo alcance total)	5%	2%	6%	200%	
Instagram Stories					
Seguidores	-	1.589	3.309	108%	O Instagram lançou novas ferramentas que precisamos aprender a usar (Reels)
Alcance total	-	54.286	44.722	(17%)	
Interações (respostas + cliques itens + votos)	-	811	907	11%	
Engajamento (interações dividido pelo alcance total)		1,49%	2,02%	36%	
Instagram Posts					
Alcance total	-	554.523	77.378	(86%)	
Interações	-	8.256	10.484	26%	
Engajamento (interações dividido por alcance total)	-	1%	13%	1200%	
Youtube					
Visualizações	32.645	2.591	39.862	1438%	A pandemia jogou boa parte de nossas atividades para o mundo virtual, demandado um número maior de transmissões ao vivo, favoreceu a volta do crescimento de visualizações nessa rede.

Twitter					
Seguidores	1.135	3.296	5.164	56%	Principal rede social
Impressões	329.000	897.200	942.499	5%	
E-mail					
Nº de pessoas que recebem o mailing do Inesc	7.271	2.502	4.837	93%	Aumento decorrente de documentos e jogos disponibilizados no site do Inesc
Taxa de abertura média dos emails enviados	21,60%	14,83%	26,03%	76%	

Fonte: PMAS do Inesc. Elaboração própria.

7.2 O INESC NA GRANDE MÍDIA

Com o objetivo de tornar o Inesc referência frente à opinião pública, dando a correta dimensão de sua importância como porta-voz dos temas alvo de seus estudos, especialmente os que se referem ao orçamento público e justiça fiscal, contratamos em 2020 uma agência de assessoria de imprensa para nos auxiliar na relação com os meios de comunicação de massa. As estratégias, adotadas conjuntamente entre a assessoria externa e a equipe de comunicação, para divulgar os conteúdos produzidos pelo Inesc resultou em 3.169 citações ao Inesc na grande mídia e em meios alternativos e digitais – um aumento de 62% em relação a 2019; e em 1.444 citações ao Inesc em conteúdos relacionados aos temas de orçamento e justiça fiscal, um aumento de 190% em relação ao ano anterior.

Vale destacar o curso online sobre orçamento público destinado a jornalistas, que contou com a participação de cerca de 100 profissionais ou estudantes de jornalismo, o que também contribuiu para aumentar a autoridade do Inesc perante esta categoria no tema do orçamento público.

7.3 APRENDENDO A CAPTAR RECURSOS JUNTO À INDIVÍDUOS

No final de 2020, lançamos a nova campanha institucional estruturada de captação de recursos no próprio site do Inesc, com pagamento feito pela plataforma Paypal. Observamos dificuldade em fazer doação por essa plataforma. Portanto, pretendemos estudar alternativas para 2021 para termos resultados mais efetivos.

Assim, alcançamos 33% do número de doadores previstos no nosso plano estratégico, pois contamos com 33 doadores desde o início do quadriênio até agora.

8. OBJETIVO ESPECÍFICO 7: INOVAR ESTRATÉGIAS E METODOLOGIAS, APERFEIÇOAR A GESTÃO INSTITUCIONAL E A CAPTAÇÃO DE RECURSOS

8.1 UMA ESTRATÉGIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS INSTITUCIONAL DIVERSIFICADA

A estratégia de sustentabilidade financeira do Inesc é, em geral, bastante consolidada. Do ponto de vista da captação institucional, o Inesc tem uma razoável carteira de organizações que apoiam a instituição. Em 2020, foram 21 organizações entre fundações e institutos nacionais e internacionais, agências da cooperação solidária internacional e União Europeia.

Felizmente nosso orçamento não foi afetado pelas consequências da pandemia da Covid-19, ao contrário, captamos novos recursos como foi o caso do Fundo Malala com projetos na área de educação, da Fundação Rainforest Noruega na área socioambiental e da ONU Mulheres com o tema de migração. Recebemos o apoio de grande parte das organizações que nos financiam que, ademais, foram extremamente flexíveis na revisão dos projetos para adaptá-los à conjuntura do novo coronavírus.

8.2 PMAS: PLANEJANDO O NOVO CICLO

Em relação ao PMAS, continuamos avançando. Consolidamos um sistema virtual de monitoramento dos resultados que pode ser preenchido a distância pelos integrantes da equipe. Graças a ele pudemos dimensionar nosso alcance direto, pouco mais de 77 mil pessoas em 2020, bem como monitorar o desempenho dos indicadores do nosso plano estratégico. Nos planejamentos institucionais de meio e final do ano, analisamos os indicadores em estado de alerta e desenhamos estratégias para alcançar as metas.

Note-se que no segundo semestre de 2020 perdemos a pessoa responsável pelo PMAS que por motivos pessoais pediu demissão. Em 2021 será necessário contratar novo profissional. Apesar do nosso sistema de monitoramento de indicadores precisar ser aprimorado no sentido de automatizar as informações para medir o alcance das metas, pois continua sendo fortemente manual e artesanal, acreditamos que a sua construção de forma participativa e sua utilização pela equipe técnica do Inesc contribuí para criar a cultura de prestação de contas.

Vale destacar que em outubro realizamos uma oficina de intercâmbio de experiências de PMAS com a *Tax Justice Network Africa* (TJNA). Incentivadas pela *Open Society Foundations*, que apoia ambas as organizações, nos reunimos virtualmente por três dias para discutir nossas teorias da mudança,

planos estratégicos, sistemas de monitoramento e avaliação e nossos mecanismos de aprendizagem. Foi uma iniciativa extremamente rica, na qual pudemos identificar questões comuns e discutir possíveis soluções a nossos problemas.

Mencionamos, ainda, que promovemos avaliações internas de dois projetos, o Onda e o Inesc Solidário. A partir de análise dos relatórios, de realização de entrevistas de profundidade com os beneficiários e de aplicação de questionários fechados refletimos sobre os avanços e os desafios de cada iniciativa. Ambos os processos de aprendizagem estão registrados em documentos específicos.

No segundo semestre de 2020 demos início a avaliação externa do nosso plano estratégico, pois esse foi seu último ano de execução. Para tal, elaboramos os termos de referência, realizamos processo seletivo e contratamos a empresa Move Social, que começou a trabalhar imediatamente. A entrega do relatório final de avaliação está prevista para o começo de 2021.

Também demos início a elaboração do novo plano estratégico. Com intuito de nos apoiar nessa tarefa contratamos profissionais especializados em facilitação virtual e em planejamento orientado a resultados, que organizaram sessões no meio e no final do ano com a participação de toda a equipe. Essa mediação foi fundamental não somente pela expertise técnica, mas, especialmente, devido ao desafio de projetar o Inesc para os próximos anos numa conjuntura extremamente adversa e instável e tudo isso feito de modo virtual. Construimos o primeiro esboço do novo plano que será aperfeiçoado e detalhado a luz dos resultados da avaliação externa, devendo ficar pronto no final do primeiro trimestre de 2021.

8.3 MODERNIZANDO A ÁREA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

Decidimos atualizar e complementar nossas políticas institucionais. Nesse sentido, contratamos empresa especializada com a atribuição de analisar os documentos institucionais existentes e organizar as informações de modo que o Inesc tenha políticas e procedimentos para as seguintes áreas: Compras, Contratações de Terceiros, Salvaguardas, Privacidade, Proteção à Infância e Adolescência, Gestão de Pessoas, Procedimentos Administrativos-financeiro, Segurança Digital e Patrimonial, Proteção de Dados, Regimento Interno e Financiamento.

A versão final das políticas será concluída no começo de 2021. Uma vez aprovadas pela direção da instituição, será realizado processo de formação com toda a equipe do Inesc.

8.4 APERFEIÇOANDO A GESTÃO

Diante da complexidade da agenda do Inesc e dos tempos conturbados e incertos que vivenciamos e considerando que tem cerca de dez anos que o Inesc atua com a mesma estrutura organizacional, resolvemos repensar a entidade. Para nos ajudar nessa reflexão contratamos a Múcu Consultoria Multidisciplinar que ficou encarregada de analisar o atual formato organizacional e realizar um censo institucional e, a partir dessas informações, propor estrutura e governança mais adequadas ao atual contexto no qual a organização se insere. O processo é consultivo e participativo.

Em 2020 foram realizadas diversas reuniões da Múcu com o Grupo Gestor para acordar o escopo da consultoria. Também foi feito o censo por meio de questionários e entrevistas de profundidade com todas as pessoas que trabalham no Inesc. No começo de 2021 será elaborado um novo desenho organizacional construído de maneira participativa com base na identidade, na experiência e valores dos mais de 40 anos de existência da instituição.

8.5 CONTRIBUINDO PARA A FORMAÇÃO DA EQUIPE

Várias pessoas passaram por diversos processos de formação online em 2020. Além de subsidiar financeiramente a participação em cursos de idiomas de integrantes da equipe, apoiamos (i) uma profissional de comunicação que participou de treinamento sobre o Programa de Aceleração para Campanha de Mobilização Social promovido pelo MobLab; (ii) dois profissionais que foram formados em segurança da informação e armazenamento nas nuvens; (iii) a equipe de PMAS que participou de reuniões de aprendizagens promovidas pelo Instituto Fonte sobre elaboração de objetivos, indicadores e monitoramento com base na teoria da mudança e linha de base; (iv) membro de Colegiado de Gestão e coordenadora da Assessoria Política que se beneficiaram de programas de fortalecimento de lideranças promovidos pela Fundação Ford e pelo *International Budget Partnership*, respectivamente.

Além disso, a equipe recebeu formação em ferramentas digitais e facilitação virtual promovida pela Escola de Ativismo com o propósito de apoiar as atividades à distância realizadas pelo Inesc em tempos de pandemia da Covid-19.

Organizamos, ainda, reuniões de reflexão sobre temas específicos com convidados externos, tais como, renda básica, Teoria Monetária Moderna e execução do orçamento público.

8.6 BUSCANDO INOVAR

A principal inovação de 2020 foi a capacidade de se adaptar ao mundo virtual. Em poucas semanas tivemos que reorganizar nossas estratégias e ações para poder atuar online. Para tal, adquirimos plataformas e ferramentas virtuais, promovemos formações de facilitação à distância, reativamos mídias que estavam adormecidas, como foi o caso do YouTube, que serviu para a divulgação de diversos eventos e aprendemos a participar e a organizar lives. A vantagem do mundo virtual é que o alcance é bem maior, pois é mais fácil mobilizar 200 pessoas para participar de uma live do que para participar de evento presencial.

Também inovamos quando implementamos o Inesc Solidário. Rapidamente fomos capazes de captar recursos e organizar uma iniciativa inédita para nós, de transferência de renda para nossos beneficiários diretos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – DESAFIOS PARA 2021

O ano de 2020 não foi fácil. De um lado, a pandemia da Covid-19 que exige medidas de distanciamento social que acabaram resultando em crise econômica de enormes proporções em todo o mundo. De outro, a situação se agrava no Brasil devido ao papel disruptivo do governo federal que, além de fazer muito pouco para conter a crise econômica que rapidamente se alastrou, sabotou diuturnamente as medidas sanitárias necessárias para conter e tratar a epidemia. Com isso, encerramos o ano com quase 200 mil mortos decorrentes do novo coronavírus, levando o Brasil a ocupar o desonroso lugar do segundo país no mundo com maior número de óbitos, atrás somente dos Estados Unidos. Estima-se para 2020 uma retração do PIB da ordem de 4,5%, o que levou ao aumento do desemprego, da pobreza e da fome.

A situação só não foi pior devido a implementação do Auxílio Emergencial que resultou da ampla pressão da sociedade civil. Mas, tudo indica que em 2021 o quadro irá se deteriorar, pois a economia retoma em ritmo muito aquém do desejado e as medidas de proteção implementadas para enfrentar as consequências da pandemia foram desativadas. Além disso, em 2020 o governo federal se esmerou em desmontar políticas sociais e ambientais deixando milhões de brasileiros à descoberto.

À agenda anti-direitos do Presidente Bolsonaro soma-se uma gestão que se esmera em tensionar diuturnamente os limites da democracia. Com efeito, o governo encontra na “guerra cultural” o seu principal instrumento de mobilização, em uma narrativa agressiva e destrutiva que o mantém em evidência. A violência do discurso contra mulheres, gays, indígenas, quilombolas, nordestinos, camponeses e comunistas – e contra a própria imprensa –, além da criminalização da juventude negra – revela que o governo do presidente Jair Bolsonaro é de extrema direita e radicalmente misógino, racista, classista e lesbohomotransfóbico.

O descaso com o meio ambiente traduz as diretrizes do atual Executivo: a atuação do governo foi criminoso em 2020. Além de desmontar as instituições capazes de enfrentar a crise climática e o meio ambiente, a equipe do presidente Bolsonaro estimulou a invasão de áreas protegidas bem como de terras e territórios indígenas e quilombolas. Nessas circunstâncias, como era de se esperar, aumentou o desmatamento na Amazônia, a grilagem e invasão de terras pelos setores da mineração e do agronegócio bem como o assassinato de defensores de direitos humanos. O Pantanal, maior planície interior inundada do mundo, vivenciou sua pior queimada desde que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) começou o monitoramento em 1998: o fogo consumiu mais de 20% de todo o bioma.

Encontramo-nos numa situação muito difícil, pois não melhora a economia e pioram as condições de vida da população brasileira.

Do ponto de vista político, em 2020 aconteceram eleições municipais. Se por um lado, observou-se um pequeno avanço da presença das chamadas minorias – mulheres, negros, indígenas e trans – ainda que muito aquém do desejado, por outro, quem ganhou os pleitos foram os partidos de direita.

Apesar das violações sistemáticas aos direitos humanos e à democracia por parte do governo Bolsonaro, as instituições vigentes não o detêm: nem a imprensa, nem o sistema de justiça e nem o Congresso. Os interesses das elites que se apropriam dessa institucionalidade se, por vezes, são ameaçados com as estratégias disruptivas do Presidente, no geral, são preservados, o que justifica mantê-lo no poder.

Apesar desse quadro extremamente adverso a nossos valores e nossas lutas, continuaremos nos insurgindo. O nosso esforço será o de denunciar, resistir e propor. Iremos, junto com outros, exigir a vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Iremos pressionar o poder público para reativar medidas necessárias ao enfrentamento das consequências da pandemia do novo coronavírus, especialmente nas áreas de saúde, educação e de assistência social com a implementação de programa permanente de transferência renda. Iremos monitorar os gastos públicos, avaliar os impactos das medidas de austeridade nos direitos humanos e demandar o fim das regras fiscais, em especial a de Teto dos Gastos. Também trataremos de acompanhar as consequências das mudanças implementadas nas políticas públicas (i. e. desmonte de instituições, privatizações de serviços e bens públicos, mudanças nas regras do jogo por meio de decretos, projetos de lei e emendas constitucionais) no aumento da pobreza e das desigualdades. Diante das ameaças de destruição da Amazônia e do agravamento da crise climática, iremos intensificar nossa atuação na área socioambiental.

Será ainda nosso papel atuar mais intensivamente na reforma do sistema político, mais do que nunca necessária diante da crise da nossa democracia. Apresentaremos propostas concretas para a democratização do poder judiciário e dos meios de comunicação, sem a qual não há verdadeira reforma do sistema político. Além disso, continuaremos participando de iniciativas da sociedade civil para o impeachment do Presidente Bolsonaro. Manteremos nossas lutas na defesa do feminismo e da igualdade racial, pois sem essas dimensões não há verdadeira democracia.

Daremos continuidade às nossas atividades de formação em Orçamento e Direitos voltadas para crianças, adolescentes, jovens e ativistas, de modo que possam fortalecer suas demandas e estratégias de incidência junto ao poder público. Essa maior atuação em âmbito local, na formação orçamentária em temas estratégicos do Inesc, nos possibilitará estar mais perto das pessoas e construir conjuntamente uma miríade de propostas que, esperamos, irão contribuir para dificultar o avassalador avanço das forças destruidoras de direitos e de políticas públicas que estão em marcha no país.

Continuaremos nossa atuação nos espaços internacionais de negociação, buscando resgatar a agenda de direitos bem como fortalecer os poderes públicos. Incidiremos junto com outros para que os acordos de clima e de comércio bem como as estratégias das instituições financeiras

internacionais não descambem de vez para a defesa dos interesses do capital e dos poderosos.

Em 2021, daremos início ao nosso novo plano estratégico para o período 2021-2024, que será pautado pela indignação e o não conformismo. A partir dele, continuaremos trabalhando para promover mudanças estruturais que resultem numa sociedade socialmente e ambientalmente justa, participativa e inclusiva. Participaremos ativamente de iniciativas, de âmbito local e internacional, que defendem outra forma de viver. A tarefa não será fácil em 2021, mas a causa demanda o firme enfrentamento dos desafios postos.

LISTA DE SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
ABONG – Associação Brasileira de ONG
ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ADPF – Ação de Descumprimento de Preceito Constitucional
AMNB – Articulação de Mulheres Negras Brasileiras
APIB – Articulação de Povos Indígenas
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDCA – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEAP – Centro de Educação e Assessoramento Popular
CEFURH – Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos
CENTCOOP – Central Cooperativas de Catadores do DF
CEXCORVI – Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19
CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal
CNDH – Conselho Nacional de Direitos Humanos
CNS – Conselho Nacional de Saúde
COGEFIMI – Conselho Gestor de Fiscalização dos Investimentos e Empreendimentos no Distrito de Miritituba
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DF – Distrito Federal
EC – Emenda Constitucional
EFTA – *European Free Trade Association, Associação Europeia de Comércio Livre* que reúne Islândia, Noruega, Suíça e Liechtenstein
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EPI – Equipamentos de Proteção Individual
ESPS – Estrutura de Política Ambiental e Social
EU – União Europeia
FIP/FORUS – Fórum Internacional de Plataformas de ONGs
FOPIR – Fórum Permanente de Igualdade Racial
FPMDDPI – Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GfoD – Fórum Global contra a Discriminação
GIFT – *Global Initiative for Fiscal Transparency*
GLO – Garantia da Lei e da Ordem
GT – Grupo de Trabalho
HLPF - Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas na sua sigla em inglês
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBP - International Budget Partnership
IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IFC – Corporação Financeira Internacional do Grupo Banco Mundial
INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexo, Assexual
LOA – Lei Orçamentária Anual
MAB – Movimento de Atingidos por Barragens
MMFDH – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MNB – Movimento Nossa Brasília
MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MNI – Mobilização Nacional Indígena
MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra
NDC – Contribuição Nacionalmente Determinada na sua sigla em inglês (*Nationally Determined Contributions*)
NT – Nota Técnica
O&D – Orçamento e Direitos
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGU – Orçamento Geral da União
ONG – Organização Não Governamental
OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde
P&D – Princípios e Diretrizes de Direitos Humanos na Política Fiscal
PA – Pará
PAD – Processo de Articulação e Diálogo
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Projeto de Lei
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMAS – Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização
PPM – Pão para o Mundo
REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos
SBPC – Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência
SIMESP – Sindicato dos Médicos de São Paulo
SINMED/RJ – Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro
STF – Supremo Tribunal Federal
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba
SUS – Sistema Único de Saúde
TCU – Tribunal de Contas da União
TJNA - Tax Justice Network Africa
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará
UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

ANEXO 1 – INSERÇÃO POLÍTICA DO INESC EM ÂMBITOS LOCAL, NACIONAL E INTERNACIONAL

O Inesc participa de diversas redes, articulações e conselhos de políticas relevantes:

EM ÂMBITO DISTRITAL

- Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF.
- Movimento Nossa Brasília – Por um DF Justo e Sustentável.
- Observatório de Militarização das Escolas do DF.

EM ÂMBITO NACIONAL

- ABCD – Ação Brasileira de Combate às Desigualdades.
- Abong – Associação Brasileira de ONGs.
- Alerta.
- Campanha A Renda Básica que Queremos.
- Campanha Fora Bolsonaro.
- Campanha Nacional pelo Direito à Educação.
- Campanha Brasil pela Democracia e pela Vida
- Coalizão Direitos Valem Mais!
- Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração.
- Conselho Nacional de Saúde – Comissão de Financiamento e Orçamento (Cofin).
- FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.
- FNDCA – Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Fopir – Fórum Permanente pela Igualdade Racial.
- Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas.
- Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.
- Frente Brasil Popular.
- Grupo Carta de Belém.
- GT Infraestrutura.
- JusDh – Rede Justiça e Direitos Humanos
- MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.
- MNI – Mobilização Nacional Indígena.
- Observatório do Clima.
- OGP – Integrante do GT da Sociedade Civil responsável pela co-elaboração e monitoramento do 4º Plano Nacional de Ação.
- Pacto pela Democracia.
- PAD – Processo de Articulação e Diálogo.
- Plataforma DHESCA – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.
- Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político.
- Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil.

- Projeto Brasil.
- RAC – Rede de *Advocacy* Coletivo.
- Rebrip – Rede Brasileira pela Integração dos Povos.
- Rede Cidades.

EM ÂMBITO INTERNACIONAL

- Campanha Global DesmATElemos o Poder Corporativo e ColoquemOs Fim à Impunidade.
- CEAAL – Conselho de Educação Popular de América Latina e Caribe.
- Clacso – Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais
- Comitê Impulsor da iniciativa Princípios e Diretrizes de Justiça Fiscal e Direitos Humanos.
- FIP/FORUS – Fórum Internacional de Plataformas de ONG.
- Fórum Social Mundial Justiça e Democracia
- GIFT – Global Initiative for Fiscal Transparency.
- Grupo de Trabalho Justiça Fiscal e Direitos Humanos da *Global Alliance for Tax Justice*.
- Grupo de Trabalho sobre BRICS da Coalizão Direitos Humanos no Desenvolvimento.
- Lateral.
- Latindadd – Red Latinoamericana por Justicia Economica y Social
- RJFALyC – Rede de Justiça Fiscal de América Latina e Caribe.
- Tribunal Popular Internacional sobre o Sistema de Justiça.

ANEXO 2 – BALANÇO DOS INDICADORES DO PLANO ESTRATÉGICO, 2020

Alcance: 77.331 pessoas.

(53% Mulheres, 47% Homens)

227 eventos

OBJETIVO GERAL (OG) - IMPACTO

LÓGICA DA INTERVENÇÃO	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS PARA O QUADRIÊNIO	RESULTADO 2020
<p>OG: Defender, junto com outros, a radicalização dos processos democráticos e dos direitos humanos, em âmbitos local, nacional e internacional, a partir das seguintes linhas de ação: orçamento e direitos, justiça fiscal, reforma do sistema político, direito à cidade e governança global.</p>	<p>IOG: Percepção das principais partes interessadas (apoiadores, parceiros, governos, fundações, Nações Unidas, mídia, beneficiários etc.) sobre o papel do Inesc</p>	<p>Avaliação externa realizada em 2016 na qual o Inesc tem atuação positiva mas precisa aperfeiçoá-la considerando novo contexto político, social, econômico e cultural</p>	<p>Consolidar e ampliar essa atuação aperfeiçoando ações de comunicação e inovação, produzindo novos conteúdos, ampliando o alcance e dialogando com novos públicos</p>	<p>Avaliação externa em andamento</p>

OBJETIVOS ESPECÍFICOS (OE)

LÓGICA DA INTERVENÇÃO	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS PARA O QUADRIÊNIO	RESULTADO 2020
OE1: Reforçar capacidades na sociedade civil em <i>Orçamentos e Direitos</i> .	IOE1: Número e perfil de organizações da sociedade civil que foram formadas e que passaram a atuar tendo como referência a metodologia <i>Orçamento e Direitos</i> .	0	15	4 (51% H; 49%M)
OE2. Influenciar o orçamento e decisões públicas em temas e territórios estratégicos.	IOE2: Número de propostas apresentadas e consideradas pelos Executivo, Legislativo ou Judiciário	6	20	36
OE3. Atuar na defesa da reforma ampla do sistema político.	IOE3: Número de organizações, movimentos e coletivos participando ativamente da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político	9	40	92
OE4. Promover o direito às cidades.	IOE4: Número de medidas apoiadas pelo Inesc e consideradas pelo poder público em atendimento às demandas da Rede Social Brasileira por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis, incluindo o Movimento Nossa Brasília.	9	40	0

<p>OE5. Influenciar processos de governança global e de articulações regionais e internacionais que impactam políticas nacionais estratégicas.</p>	<p>IOE5: Número de citações na mídia referentes à participação do Inesc (individualmente ou em representação de coletivos e articulações dos quais faz parte) em espaços regionais e globais de governança. Por projeto/obj?</p>	<p>27</p>	<p>165</p>	<p>104</p>
<p>OE6. Inovar a comunicação para fortalecer a identidade institucional, a capacidade de incidência e ampliar o alcance na sociedade.</p>	<p>IOE6: Número de públicos e perfil engajados pelo Inesc cresce e se diversifica</p>	<p>Foi feito estudo de linha de base em março de 2017: o público engajado com o Inesc (via mídias sociais) é sobretudo urbano, do DF, RJ e SP. É majoritariamente branco, casado, heterossexual e com elevada escolaridade. A maior parte é de funcionários públicos com renda média mensal que varia de R\$ 4,6 mil a R\$ 9,5 mil. Se declaram ativistas dos direitos humanos.</p>	<p>Perfil de jovens universitários sensíveis ao combate às desigualdades e defensores da democracia e dos direitos humanos</p>	<p>Estudo atualizado em abril de 2019. Perfil permanece semelhante</p>
<p>OE7. Inovar estratégias e metodologias, aperfeiçoar a gestão institucional e a captação de recursos.</p>	<p>IOE7: INESC mais efetivo, eficiente e pertinente e gerando impactos.</p>		<p>Mais efetividade, eficiência, pertinência em relação à 2016</p>	<p>Avaliação externa a ser concluída em 2021</p>

RESULTADOS (R)

LÓGICA DA INTERVENÇÃO	INDICADORES	LINHA DE BASE	METAS PARA O QUADRIÊNIO	RESULTADO 2020
R1.1 Crianças, adolescentes e jovens formados em Orçamento e Direitos protagonizam ações para transformar sua realidade.	I-1.1.1 Número de crianças, adolescentes e jovens formados na metodologia <i>Orçamento e Direitos</i> .	309	800	230
		(51%M, 49%H)		(55%M; 43%H;)
	I-1.1.2 Número de ações de incidência de crianças adolescentes e jovens realizadas a partir da formação em <i>Orçamento e Direitos</i> .	34	80	6
R1.2. Ativistas sensibilizados e formados em Orçamento e Direitos e Orçamento Temático incidem na defesa de seus direitos.	I-1.2.1 Número de ativistas sensibilizados e formados na metodologia <i>Orçamento e Direitos</i> .	110 sensibilizados	270	231
		(42%M, 58%H)		45%M; 55%H
	I-1.2.2 Número de ações de incidência de ativistas realizadas a partir da formação em <i>Orçamento e Direitos</i> .	0	100	420
		0 formados (incluindo coaching)		53%M; 47%H
		1	63	3

<p>R2.1. Informação produzida pelo Inesc fortalece os debates sobre orçamento e direitos e sobre justiça fiscal.</p>	<p>I-2.1.1 Número de citações (em notas, artigos, estudos, mídias) ao Inesc ou equipe referentes à temas de orçamento e justiça fiscal.</p>	588	1.500	1.444
<p>R2.2. Ações de mobilização e campanhas protagonizadas pelo Inesc contribuem para evitar retrocessos de direitos.</p>	<p>I-2.2.1 Número de ações (audiências públicas, reuniões com gestores, eventos, abaixo assinados) e campanhas protagonizadas pelo Inesc ou equipe com outros.</p>	55	250	282
	<p>I-2.2.2 Número de medidas consideradas pelo poder público a partir da incidência do Inesc com outros.</p>	6	24	36
<p>R2.3. Ações de incidência na área socioambiental fortalecem a defesa de direitos territoriais, especialmente na Amazônia.</p>	<p>I-2.3.1 Número de respostas de órgãos do Governo Federal às informações produzidas e às ações de incidência realizadas.</p>	0	3	5

	I-2.3.2 Número de medidas consideradas pelo BNDES na sua Política de Entorno de Projetos na Amazônia a partir de demandas do Inesc e parceiros.	1	3	0
	I-2.3.3 Número de ações (audiências públicas, reuniões com gestores, eventos, abaixo assinados, etc.) e campanhas protagonizadas pelo Inesc com outros em defesa dos direitos socioambientais e sobre a política de responsabilidade socioambiental do BNDES.	3	16	42
R3.1. Ação do Inesc pauta a reforma política junto à opinião pública e na agenda de coletivos e novos sujeitos para evitar retrocessos.	I-3.1.1 Número de acessos ao site da Reforma do Sistema Político.	820 mil acessos mensais em média	825.000	25.290
	I-3.1.2 Número de citações ao Inesc ou equipe na mídia sobre reforma do sistema político.	172	650	126

<p>R3.2. Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político reconfigurada, com novos sujeitos, estratégias e conteúdos.</p>	<p>I-3.2.1 Número de novos sujeitos incorporados na Plataforma.</p>	<p>0</p>	<p>10</p>	<p>14</p>
<p>R4.1 Rede Cidades fortalecida para influenciar a agenda de mobilidade urbana no Brasil.</p>	<p>I-4.1.1 Número de medidas consideradas pelo poder público em atendimento às demandas da Rede e suas associadas.</p>	<p>0</p>	<p>10</p>	<p>0</p>
	<p>I-4.1.2 Número de iniciativas tomadas pelos movimentos formados nas metodologias <i>Orçamento e Direitos</i> e <i>Orçamento Temático</i> a partir da formação.</p>	<p>0</p>	<p>60</p>	<p>22</p>
<p>R4.2 Movimento Nossa Brasília consolidado como sujeito influente nas agendas de cultura, mobilidade urbana, resíduos sólidos, agricultura urbana e em demandas da Cidade Estrutural.</p>	<p>I-4.2.1 Número de citações ao Movimento Nossa Brasília nas mídias.</p>	<p>132</p>	<p>520</p>	<p>13</p>
	<p>I-4.2.2 Número de ações protagonizadas pelo Nossa Brasília.</p>	<p>44</p>	<p>160</p>	<p>22</p>

	I-4.2.3 Número de ações protagonizadas pelo Inesc com outros promovendo direitos na Cidade Estrutural (boletins do OCA, audiências públicas, reuniões com gestores, reuniões do Fórum Lixo e Cidadania etc.).	21	100	10
R5.1 Vozes de coletivos e articulações brasileiras fortalecidas pela ação do Inesc nos espaços de governança global.	I-5.1.1 Número de ações de coletivos e articulações brasileiras realizadas em espaços globais de governança.	2	8	47
R5.2 Processos e articulações regionais e globais influenciados.	I-5.2.1 Número de propostas do INESC incorporadas pelos parceiros em articulações regionais e globais.	2	8	6
R6.1 Novos públicos (indivíduos não organizados, potenciais doadores etc.) e novos sujeitos políticos (coletivos de jovens, mulheres, LGBTQIA+, de cultura, de temas urbanos entre outros) sensibilizados e engajados nas pautas do Inesc.	I-6.1.1 Número de pessoas que recebem o mailing do Inesc.	3.500	6.000	4.837

	I-6.1.2 Número de visualizações e alcance dos conteúdos do site e das redes sociais.	1.000 acessos/dia - Site	1800	740
		15 mil curtidas - Facebook	21000	22.876
		2.000 de alcance/dia - Facebook	4.500	880
		30 mil visualizações no Youtube	150000	39.862
		1.255 seguidores no Twitter	1600	5.164
		Instagram		Stories: 3.309 Seguidores:44.722 Posts = 77.378
	I-6.1.3 Número de referências em publicações da grande mídia e mídia alternativa e digital.	1.150	3.000	3.169
	I-6.1.4 Número de doadores individuais ao Inesc.	2	100	13
R6.2 Política e Planos de comunicação do Inesc construídos e implementados.	I-6.2.1 Proporção da Política e do Plano de Comunicação implementada.	0	70%	90%

R7.1. Política de Sustentabilidade do Inesc definida e incorporando a captação de recursos financeiros junto a indivíduos.	I-7.1.1 Proporção da implementação da Política de Sustentabilidade e do Plano de captação de recursos junto a indivíduos.	0	70%	80%
R7.2 Sistema de PMAS aprimorado e orientado por resultados contribui para a prestação de contas e a ampliação da eficiência e efetividade do Inesc.	I-7.2.1 Proporção do Banco de Dados de monitoramento de resultados construído, com atribuições e responsabilidades claras e gerando relatórios.	10%	70%	80%
	I-7.2.2 Número de análises de risco monitoradas.	Acontece informalmente	3	1
R7.3 Políticas e Planos Administrativo-Financeiro e de Recursos Humanos e consolidação de espaços de inovação fortalecem capacidades institucionais.	I-7.3.1 Número de softwares que integrem os processos de gestão financeira e contábil implantados.	0	1	1
	I-7.3.2 Número de pagamentos efetuados por meio do sistema bancário	0	100%	95%
	I-7.3.3 Número de profissionais do Inesc participando de processos de formação.	0	50%	62%
	I-7.3.4 Número de ações de inovação implementadas.	2	6	4